



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Humanas – IH

Departamento de Serviço Social – SER

Curso de Graduação em Serviço Social

Orientador (a): Simone Rocha da Rocha Pires Monteiro

DJEANY THALYTA DOS SANTOS BASTOS

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**POLÍTICA EDUCACIONAL E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE  
SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA:**

**Um olhar sobre o *Campus* de São Sebastião**

Brasília - DF

2018

DJEANY THALYTA DOS SANTOS BASTOS

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**POLÍTICA EDUCACIONAL E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE  
SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA:**

**Um olhar sobre o *Campus* de São Sebastião**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas - IH da Universidade de Brasília - UnB como requisito final para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Simone Rocha da Rocha Pires Monteiro

Brasília - DF

2018

DJEANY THALYTA DOS SANTOS BASTOS

**POLÍTICA EDUCACIONAL E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE  
SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA:**

**Um olhar sobre o *Campus* de São Sebastião**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social – SER, do Instituto de Ciências Humanas – IH da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ 2018

BANCA EXAMINADORA:

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Simone Rocha da Rocha Pires Monteiro  
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

---

Avaliadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Míriam de Souza Leão Albuquerque  
Professora Adjunta Departamento de Serviço Social  
Universidade de Brasília - UnB

---

Avaliadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Karen Santana de Almeida Vieira  
Professora Adjunta Departamento de Serviço Social  
Universidade de Brasília – UnB

Brasília-DF, \_\_\_\_ de julho de 2018

F A M Í L I A.

Aos meus pais, Felinto e Sirlene.

Aos meus avós maternos Beliciano (in memoriam) e Luzia.

Aos meus avós paternos Vicente e Luisinha (in memoriam).

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus. Aquele ao qual eu acredito com todo meu coração e fé que é meu Pai Supremo. Me garantiu todos os dias o folego de vida e a força para chegar até aqui. Obrigada, Senhor!

Agradeço à minha família. Nós que nos completamos em nossas diferenças, e sem eles não chegaria aonde estou. Aos meus pais meu muito obrigada não só pelo apoio e recursos financeiros até aqui, mas por todo amor que representam em minha vida. Minha irmã, pedagoga. Meu irmão, contador. Ambos mais velhos e formados na Universidade de Brasília sempre foram exemplos e inspiração dos passos a serem seguidos. Amo vocês!

Agradeço aos meus colegas de graduação que se tornaram amigos que conquistei, e que me conquistaram, desde do primeiro semestre dentro da Universidade juntos. A Jordana até aqui não teria sido a mesma sem cada um de vocês! Obrigada!

Aos amigos e amigas que apesar de estarem comigo no cotidiano acadêmico, dividem comigo toda uma vida de parceria. Obrigada por me suportarem com amor, pelo apoio, incentivo e compressão, mesmo quando eu só sabia falar sobre este trabalho. Você são mais chegados que irmãos!

Não poderia deixar de agradecer aos amigos e colegas de longe, mas que alguma forma sempre estão por perto. Todos os dias nos últimos tempos aguentando minhas postagens nas redes sociais falando sobre o trabalho e enviando mensagens de incentivo, ânimo e até para me fazer rir. Valeu galera!

À minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Simone Rocha. Por toda troca de conhecimentos, por toda reflexão feita. Pela paciência e por não ter deixado de lutar comigo até o fim. Obrigada, você marcou a minha vida!

À todos e todas que de alguma forma contribuíram neste processo, meu MUITO obrigada!

*Quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas aquele que vai acompanhado, com certeza vai mais longe.*

*Clarice Lispector*

*Eu só peço a Deus*

*Que a dor não me seja indiferente*

*Que a morte não me encontre um dia*

*Solitário sem ter feito o que eu queria*

Mercedes Sosa & Beth Carvalho

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso intitulado “Política Educacional e o Exercício Profissional do Assistente Social no Instituto Federal de Brasília: Um olhar sobre o *Campus* de São Sebastião” traz primeiramente uma análise do contexto da Educação no Brasil com enfoque na ampliação do Ensino Profissionalizante. Após, são apresentados os Institutos Federais de Brasília e o exercício profissional dos(a) Assistentes Sociais quanto categoria de luta em consolidação dos direitos previstos pela Política de Assistência Estudantil e Inclusão Social das Instituições. Fazendo um recorte ao fim sobre o Campus do IFB em São Sebastião por meio de um olhar particular pelo vivência do estágio obrigatório cumprido na Instituição, bem como um contexto da cidade enquanto território do Distrito Federal. Considerando que por meio da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram implantadas e consolidadas as ações assistenciais, nos termos do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Neste trabalho, buscou-se por meio de dissertação com base em uma pesquisa empírica, quantitativa e qualitativa e pela análise documental, compreender quais são as atribuições, competências e lutas do(a) Assistente Social neste âmbito educacional, que difere das demais instituições públicas padronizadas. Tendo também como objetivos deste trabalho, a demonstração da concepção do que são os Institutos Federais, e de que forma o Assistente Social exerce seu trabalho no que concerne à garantia de acesso e permanência dos alunos nos IFBs, à garantia da qualidade do ensino e garantia da gestão democrática da política educacional.

Palavras-Chaves: Educação; Assistência Estudantil; IFB; Serviço Social; São Sebastião.

## **ABSTRACT**

The present work of course conclusion entitled "Educational Policy and Professional Work of the Social Worker at the Federal Institute of Brasília: A look at the São Sebastião Campus" first brings an analysis of the context of Education in Brazil with a focus on the expansion of Vocational Education . Afterwards, the Federal Institutes of Brasília and the professional practice of the Social Assistants are presented as a category of struggle to consolidate the rights provided for by the Policies of Student Assistance and Social Inclusion of the Institutions. Making a final cut on the IFB Campus in São Sebastião through a particular look at the experience of the compulsory internship completed at the Institution, as well as a context of the city as a territory of the Federal District. Considering that through the creation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology were implemented and consolidated the assistance actions, under the terms of the National Program of Student Assistance - PNAES. In this work, a dissertation based on an empirical research, quantitative and qualitative, and the documentary analysis, sought to understand the attributions, competences and struggles of the Social Worker in this educational context, which differs from other public institutions standardized. Also aiming at this work is the demonstration of the conception of what the Federal Institutes are and how the Social Worker carries out his work regarding the guarantee of access and permanence of the students in the IFBs, the guarantee of the quality of education and guarantee the democratic management of educational policy.

**Keywords:** Education; Student Assistance; IFB; Social Service; São Sebastião.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1 – Créditos orçamentários para custear a assistência estudantil .....**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 2.1 – Faixa Etária das Assistentes Social nos IFBs..... 33

Gráfico 2.2 – Tempos de Formação .....33**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 2.3 – Tempo de Trabalho no IF .....34**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 2.4 – Área de atuação antes da inserção no IF34**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 3.1 – População de São Sebastião segundo a Cor e Raça Declarada em porcentagem.....**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 3.2 – População de São Sebastião segundo nível de escolaridade .....**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 3.4 – População segundo nível de escolaridade e Renda Média Mensal .**Erro! Indicador não definido.**

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – População segundo os grupos de idade – São Sebastião - 2016 ..... 43

Tabela 1.2 – Motivo de mudança para São Sebastião ..... **Erro! Indicador não definido.**

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFE	Conselho Federal de Educação
CF	Constituição Federal
CDAE	Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social CF Constituição Federal
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CRE-SS	Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião DAE Departamento de Assistência ao Estudante
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
DF	Distrito Federal
DIEESE Socioeconômicos	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRE-SS	Diretoria Regional de Ensino de São Sebastião EAD Educação à Distância
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
GRE-SS	Gerência Regional de Ensino de São Sebastião
IES	Instituições de Ensino Superior
IFB	Instituto Federal de Brasília
IFS	Institutos Federais
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPAES	Participantes dos Programas de Assistência Estudantil
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PREX	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PREN	Pró-Reitoria de Ensino

SISU	Sistema de Seleção Unificada
SPS	Serviço de Programas Sociais
UNESCO Cultura	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

# Sumário

INTRODUÇÃO .....	14
<b>Capítulo I - POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: Panorama e o Ensino Técnico</b>	
<b>Profissionalizante .....</b>	<b>16</b>
1.1. Política de Educação no Brasil: dos primórdios até o contexto contemporâneo .....	16
1.2 Criação, Ampliação e Fortalecimento do Ensino Técnico Profissionalizante .....	22
<b>Capítulo II - INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA: Histórico, Assistência Estudantil e Serviço Social .....</b>	
<b>25</b>	
2.1 Histórico e características .....	25
2.2. Assistência Estudantil: Problemática Temática .....	29
2.3 O Serviço Social no Instituto Federal: surgimento, perfil e atribuições .....	35
2.3.2 Atribuições e Demandas nos IFBs .....	39
<b>CAPÍTULO III – CAMPUS SÃO SEBASTIÃO: Configuração territorial e estágio curricular obrigatório .....</b>	
<b>45</b>	
3.1 A Cidade de São Sebastião: .....	45
3.1.2 Características .....	47
3.2 O Campus IFB de São Sebastião .....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	73

## INTRODUÇÃO

Considerando que,

A educação é o fator necessário para a reprodução do ser social nessa sociedade contraditória, dividida entre os detentores dos meios de produção, que explora e se apropria da produção do detentor da força de trabalho, e assim se dá a reprodução das relações sociais capitalistas. (ALMEIDA. 2005)

Assim sendo, haja vista sobre Política de Educação no Brasil, o avanço da Educação na área dos cursos tecnológicos por meio dos Institutos Federais e a forma como os(as) Assistentes Sociais estão inseridos neste espaço, o presente trabalho tem por objetivo geral trazer apontamentos históricos e contemporâneos de análise sobre o tema.

O tema deste trabalho de conclusão de curso foi escolhido e desenvolvido a partir da empatia com a experiência da matéria acadêmica de estágio em Serviço Social I e II realizada no Instituto Federal de Brasília – Campus São Sebastião. Também por se evidenciar-se que quanto a objeto de pesquisa o Serviço Social nos Institutos Federais de Brasília possuem pouca visibilidade, sendo assim torna-se importante uma análise sobre sua atuação, trajetória histórica e mecanismos de intervenção no atual cenário político e ideológico.

Foi então primeiramente tomado como metodologia os referenciais teóricos ligado diretamente com o tema, a fim de oferecer subsídios para definição com mais clareza dos diversos aspectos a serem objeto de alcance da pesquisa, a busca do levantamento bibliográfico sobre informações e dados disponíveis em publicações, artigos, teses, livros e legislações realizados por outros pesquisadores para alcançar o método dialético crítico em reflexões históricas, teóricas e filosóficas da prática profissional no campo educacional em um contexto amplo.

Após a pesquisa se deu por meio do método qualitativo, que pode se entender “como sendo um processo de reflexão e análise da realidade por meio da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação” (OLIVEIRA, 2001, p.37)

Encaminhando-se então também para o método da pesquisa exploratória e empírica. Exploratória com o levantamento de fontes secundárias, como estudo de caso, a fim de alcançar um maior conhecimento sobre esse campo dos IFBs pouco desenvolvido. Empírica com a observação do exercício profissional no dia-a-dia, com base na matéria curricular de Estágio Obrigatório I e II realizado na Instituição em foco, e tornando parte da pesquisa sendo

descritiva com relato de casos escritos no Diário de Campo no período da vivência do estágio. O trabalho dividiu-se então em três capítulos:

Tomando como partida, o **Primeiro Capítulo** traz a contextualização da trajetória histórico da Educação no Brasil, quais são as legislações e diretrizes que asseguram o seu reconhecimento efetivo. Bem como a trajetória da Criação, Ampliação e Fortalecimento do Ensino Técnico Profissionalizante e suas contribuições.

Após, o trabalho apresenta no **Segundo Capítulo** as formas de organizações dos Institutos Federais de Brasília, apontando os usuários, programas, demanda da Política de Assistência Estudantil e Inclusão Social dos Campi e atuação e perfil dos Assistentes Sociais nestes institutos.

Por fim, o **Terceiro** e último capítulo trata-se de um recorte e enfoque em um dos Campus dos Institutos Federais de Brasília, que está localizado na Cidade de São Sebastião no Distrito Federal. Posteriormente uma apresentação da atuação do Assistente Social no Campus e suas especificidades, identificando as reflexões acerca dos embates, limites, possibilidades e particularidades da questão social nesta instituição e de quais diferenciais possui. Para que seja possível uma compreensão adequada da vivência das dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas no processo da totalidade da questão social que se apresenta diariamente nesse oportuno espaço de exercício profissional do Serviço Social é necessário entender em que território este Campus está inserido. Através de um breve contexto de como a cidade de São Sebastião se originou e se organiza, até chegar ao nível de possuir um Instituto Federal. Esta abordagem se dá a partir de uma perspectiva da experiência do estágio obrigatório curricular, vivenciada no Campus durante a graduação do curso de Serviço Social.

Para tanto, foram então levantadas algumas questões para serem tomadas como ponto de partida e respondidas ao longo dessa dissertação:

Qual a história da consolidação dos Institutos Federais em Brasília? E quais são as suas particularidades? Como a Política de Assistência Estudantil e Inclusão Social se viabiliza dentro desses Institutos? Qual o perfil e papel dos Assistentes Sociais nos IFBs? A cidade de São Sebastião mudou após a implementação do Campus?

# **Capítulo I - POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: panorama e o Ensino Técnico Profissionalizante**

## **1.1. Política de Educação no Brasil: dos primórdios até o contexto contemporâneo**

Para que seja feito um apontamento e compressão de como se encontra a Política de Educação no Brasil na contemporaneidade, é necessário brevemente retomar a trajetória histórica que perpassa esta política no país que dividiu-se em fases distintas. Considerando-se então desde dos primórdios, e tomando com partida a atuação dos Jesuítas entre os anos de 1549 à 1759, os quais trouxeram um caráter religioso que contribuiu muito para que a educação se tornasse aristocrática no país.

Vivendo em tempos de governo dos “Regimentos” de D. João III, a educação prestada pelos jesuítas era financiada com recursos públicos, caracterizando uma condição de “educação pública religiosa”. Por fim, o somatório dos alunos das instituições após a expulsão dos jesuítas em 1759 não alcançava 0,1% de toda população brasileira, sendo que encontrava-se de fora as mulheres as quais representavam 50% da população, os negros livres, os pardos, filhos ilegítimos, crianças abandonas e os escravos, sendo 40% (MARCÍLIO, 2005).

Aliás, a educação feminina somente no final do século começa a conquistar espaço. A maioria das mulheres do Império vivia em situação de dependência e inferioridade, com pequena possibilidade de instrução. Em algumas famílias mais abastadas, às vezes, elas recebiam noções de leitura, mas dedicavam-se, sobretudo, às prendas domésticas a aprendizagem de boas maneiras. (TORRES, 2007 pg. 34)

Após então é chegada o tempo da Era Pombalina na educação, pendurando-se até 1927 com as suas “aulas régias” e ideias inspiradas no iluminismo. O Estado obtinha o pertencimento das instituições, estabelecia pagamento aos professores, ofertava subsídios literários e estabeleceu a proposta em 10 de novembro de 1772 da importante “Carta de Lei”.

Com avanço da primeira Constituição brasileira sendo outorgada por D. Pedro I, no contexto do Primeiro e Segundo Impérios foram estabelecidas a “Lei das escolas de primeiras letras”, aonde no inciso XXXII do artigo nº 179 declarava que a “instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Entretanto, por diversos fatores políticos “o direito à educação gratuita proclamado na Constituição não contou com as condições necessárias para ser realizado” (SAVIANI, 2013 p. 749).



Tratando do financiamento da educação ainda nesse contexto da primeira Constituição, houve a apresentação de um plano de criação de dois tipos de impostos: o local e o provincial, tal proposta partiu após a declaração do político Tavares Bastos de que:

Assim como cada habitante concorre para as despesas de iluminação, águas, esgotos, calçadas, estradas e todos os melhoramentos locais, assim contribua para os mais importante deles, a educação dos seus concidadãos, o primeiro dos interesses sociais em que todos somos solidários. (TAVARES, 1937. P. 228)

Em 1882 esta mesma proposta foi retomada por Rodolfo Dantas e pela Comissão de Instrução Primária, tendo como relator Rui Barbosa. Contudo o sistema nacional de ensino não se implantou e o país foi acumulando um grande déficit histórico em matéria de educação (SAVIANI, 2013).

Até chegar então nas demais Constituições e Reformas o caminho percorrido da Política de Educação no Brasil sempre foi travado por lutas para alcançar conquistas e avanços significativos, como o princípio da *laicidade* e de que a educação deveria permanecer descentralizada apresentado na segunda Constituição de 1891.

Pode-se acentuar também que ao longo de toda esta trajetória, em 1934 pela primeira vez em uma Constituição que foi aprovada e promulgada obteve-se um capítulo inteiro designado à demanda educacional. E considerando como a conjuntura do Brasil se encontrava no contexto da época, foi possível notar-se um avanço por ação dos princípios contidos neste capítulo II denominado “Da Educação e da Cultura”. Destacando três princípios importantíssimos, dentre vários, que começaram a garantir em lei por exemplo:

Com ordem de que a educação desenvolvesse a consciência da solidariedade humana, ela torna-se então direito de todos, baseada na universalidade (Art. 149);

A integralidade, gratuidade e frequência obrigatória do ensino primário, e sua extensão contemplando a inserção dos adultos (Art. 150 alínea a);

O ensino religioso facultativo, respeitando a crença do aluno (Art. 153).

No tocante a questão social, nesta mesma Constituição de 1934, foi possível ela apropriar-se de mais importância e relevância. Direitos democráticos foram alcançados e a participação no processo político do povo aumentou favoreciam a classe trabalhadora nela contidos possuísem muitas críticas contrárias. Porém, para Saviani (1997 p.56):

A educação brasileira limitou-se, ao longo de sua história, a atender aos interesses das elites, visando formar, entre elas, os dirigentes, e tendo-se voltado para o povo apenas nos limites da formação de mão-de-obra e de inculcação ideológica para direcionar a escolha dos governantes.

Após a Revolução de 30, para Lelis (1997, p.40) “a escola passa a ser considerada um instrumento de transformação social, capaz de equalizar as diferenças sociais”. E Com o objetivo da uniformização das diretrizes do ensino nacional, buscando sua melhoria, por meio da integração do ensino Normal com o primário, surge a Lei Orgânica do Ensino Normal em 1946, que foi gestada na vigência do Estado Novo.

As demais Constituições dos anos seguintes mantiveram os modos anteriores, até alcançarmos a Constituição de 5 de outubro de 1988 aonde também uma Seção foi dirigida especificamente à educação denominado “Da Educação, da Cultura e do Desporto”.

A base do ensino de acordo com esta Seção da Constituição estava baseada na: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”; “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”; “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”; “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”; “valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma de lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurando regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União”; “gestão democrática do ensino público, na forma de lei” e “garantia de padrão de qualidade” (art. 206, incisos I a VII, apud VITA, 1989, p. 182)

Dado ao longo dos anos, surgiram novas LDBs: a 5692/71 e a 9394/96. Para Souza e Silva (2002, p.3) “uma Lei de Diretrizes é, por definição, uma lei indicada e não resolutiva das questões do aqui e agora, como equivocadamente entendem alguns”. Da mesma forma que então, refletem o pensamento da época. E a edição da nova LDB, em 1996, foi acompanhada por certa expectativa de que os novos marcos legais da educação nacional representariam um impulso da educação brasileira em direção a uma maior equidade nas oportunidades de escolarização e a resultados mais promissores no rendimento escolar.

Cabe agora então destaque ao Plano Nacional de Educação PNE, uma ideia de algo não tão recente na história da educação brasileira, pois desenvolver um PNE foi uma das primeiras atribuições recebidas pelo Conselho Federal de Educação (CFE), criado em 1931 no qual foi destacado por Carvalho<sup>1</sup>:

O plano procurará satisfazer as exigências da atualidade brasileira, tomando em consideração as condições sociais do mundo, e assegurará, pela sua estrutura e pela sua aplicação, o fortalecimento da unidade brasileira, o revigoramento racial de sua gente e o despertar dos valores indispensáveis ao seu engrandecimento econômico. (BRASIL, 1931 - Livro de Ata 4ª Sessão do CNE de 27/06/31)

Pode-se afirmar então que Planos de várias versões e concepções foram apresentados na trajetória da política de educação brasileira. Entretanto, somente após mais de um século da Proclamação da República (1889) e aproximadamente 70 anos do Manifesto de 1932 é que surge e se aprova um PNE, detentor de prerrogativas jurídico-administrativas estruturais e estruturantes peculiares, designado para vigência de 10 anos (2001-2010). Esse Plano, foi configurado como instrumento capaz de promover mudanças significativas na estrutura da educação nacional em todos os níveis e modalidades, a partir da implementação e consecução de suas diretrizes, objetivos e metas.

A implementação e o desenvolvimento desse conjunto precisam de uma coordenação em âmbito nacional, de uma coordenação em cada Estado e no Distrito Federal e de uma coordenação na área de cada Município, exercidas pelos respectivos órgãos responsáveis pela Educação (BRASIL, 2001, p. 141)

Tal Plano obtinha-se de diretrizes, objetivos e metas, para todos os níveis e modalidades de ensino que deveriam ser implementados, em todo o país, a partir de estratégias e ações pré-definidas a serem articuladas com os sistemas de ensino nas diferentes unidades federativas e nas variadas estruturas educacionais. O Plano também previa mecanismos de acompanhamentos e avaliação durante sua execução e sinalizava a possibilidade de adaptações de acordo com as realidades que fossem surgindo, desde que também estivessem fundamentadas na perspectiva da própria lei que o constituiu ou com fundamentos nas suas bases centrais de sustentação legal, especialmente a CF/1988 e LDB/1996.

Torna-se inegável que ao decorrer dos dez anos desde a aprovação da LDB, houve um crescimento das oportunidades do acesso à educação. Se contrapor a situação educacional da população brasileira entre 1995 e 2005 a taxa de analfabetismo das pessoas de quinze anos ou mais de idade caiu de 15,6% para 10,9% no período. Já a de analfabetismo funcional diminuiu de 34,2% para 23,2%, de acordo com Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Então, tratando-se da Educação no sociedade brasileira contemporânea temos que levar em conta as grandes e consequências sofridas por todo esse tempo histórico descrito acima que foi permeado por influências e interferências políticas, econômicas e sociais.

A história da educação no Brasil tem sido uma história de perdas, de exclusão e de manutenção dos privilégios de minorias. A herança que crianças e os jovens, hoje a maioria da população, recebem dessa história caracteriza-se pela carência, pelo descrédito e ausência de perspectiva, pela perplexidade. (...) a crise da educação atinge níveis intoleráveis. A política de desobrigação do Estado com a educação pública, gratuita e de qualidade cada vez mais

excluindo crianças, jovens e adultos da escola e aprofundando as desigualdades sociais. (Congresso Nacional de Educação, 1999, p. 7-19)

Como exposto acima, no Brasil a Educação tem se encontrado, até dias atuais, a serviço de uma camada da sociedade que tenta perpetuar seu poder, procurando definir os meios econômicos da população. É então perceptível que há uma continuidade das instituições educacionais em servir, juntamente com os setores econômicos sociais, a uma parcela da sociedade. O que gera o questionamento de se, o Estado atualmente tem priorizado o político social ou o econômico em se tratando de política educacional? Para SAVIANI (1997 p. 56). A educação brasileira limitou-se, ao longo de sua história, a atender aos interesses das elites, visando formar, entre elas, os dirigentes, e tendo-se voltado para o povo apenas nos limites da formação de mão-de-obra e de inculcação ideológica para direcionar a escolha dos governantes.

Pode-se então considerar que a relação entre educação e desenvolvimento econômico e social do Estado se mantém na atualidade com muita intensidade, mesmo que se apresente configurada de um novo padrão técnico decorrente das mudanças mais significativas no atual cenário econômico do país. Isso representa dizer que, do ponto de vista econômico, as exigências de competitividade e produtividade passaram apresentar um novo nível de qualificação profissional, restringindo o campo de trabalho. Esse cenário atual brasileiro passou a exigir um domínio especializado por parte dos trabalhadores para lidar com situações complexas, especialmente com o crescente emprego de tecnologias digitais.

Diante dessa linha de compreensão, assim como a categoria trabalho analisada por Marx na sociedade capitalista, pode-se dizer que a Educação é reconhecida como um meio para a satisfação das necessidades da sociedade do capital e não das necessidades de seus sujeitos. Em uma lógica capitalista, a Educação assume o papel de servir ao capital, colaborando com a manutenção da ordem hegemônica e hierárquica, assim como com a formação de mão-de-obra para atender às exigências do mercado produtivo. Por essas questões é que Saviani (1981) expressa ser impossível falar em Educação sem falar em sociedade. Porém, o autor admite que a possibilidade de mudança desse cenário está relacionada ao embate resultante dessa própria realidade contraditória.

Em um país com bases sociais que evidenciavam o acirramento das desigualdades, a instituição escolar fundamentada em preceitos políticos e ideológicos sempre desempenhou um papel fundamental, estabelecendo-se como uma alternativa de ascensão e transformação dos padrões sociais. Sendo assim, a ordem político-econômica capitalista baseada na sociedade de classes é condição determinante no modo de organização e desenvolvimento

da estrutura educacional brasileira, porém não impossibilita reações contra hegemonia em favor de uma sociedade igualitária e justa.

A educação, por outro lado, tem forte relação com a formação da identidade nacional, bem como dos cidadãos, e representa estratégia fundamental para o desenvolvimento, não devendo, dessa forma, regular-se, apenas, a partir do mercado. Então, frente ao que foi exposto, é possível compreender que a articulação entre sociedade, mercado e Estado pode se constituir como alternativa para promover o equilíbrio entre interesses públicos e privados no campo da regulação da Política Educacional.

O Estado não se retira da educação. Ele adota um novo papel, o do Estado regulador e avaliador que define as grandes orientações e os alvos a atingir, ao mesmo tempo em que monta um sistema de monitorização e de avaliação para saber se os resultados desejados foram, ou não, alcançados. [...] Ele abandona parcialmente a organização e a gestão quotidiana, funções que transfere para os níveis intermediários e locais, em parceria e concorrência com atores privados desejosos de assumirem uma parte significativa do “mercado” educativo. (BARROSO, 2005, p. 732)

Com toda certeza, as ações por parte do Estado, que são direcionadas à educação, tem sido elaboradas de forma intencionais e objetivas. Os interesses das políticas educacionais são pontuais, desde a perpetuação do poder do Império até os enfoques mercantilistas e economicistas da atualidade. Mas é inegável o quanto a Educação e consequentemente todos os seus instrumentos e equipamentos, desenvolvem um papel importantíssimo na sociedade. O país sobrevive meio ao acirramento das desigualdades sociais que fazem parte da consolidação de sua estrutura, sendo assim,

[...] as políticas educacionais, para se efetivarem ou potencializarem seu poder, - em que pese os modos pelos quais os poderes governamentais (nacional e subnacionais) as efetivam - enfrentam e deverão enfrentar questões de interface com outras políticas, além dos quadros específicos destas políticas (Arret.he, 2000). Elas se confrontam com a reforma tributária, com a reforma previdenciária e, last but not at least, com a necessidade imperiosa de uma política de redistribuição de renda. (CURY, 2002, p.160).

Portanto, A Política Educacional enquanto Política Pública Social, deve estar constantemente em consonância e inter-relação direta com as demais Políticas para vencer os obstáculos que lhe foram impostos ao longo da história e exigir o comprometimento éticopolítico para com suas demandas, em busca de superar aquilo que por lei é garantido democraticamente, mas não tem obtido efetivação. Em relação a uma educação que corresponda a fins democráticos, Freire (2001, p. 201), realiza o destaque de que,

Na verdade a democracia é uma criação social, é uma construção política paciente e persistentemente trabalhada, sobretudo em sociedades como a nossa de tradições autoritárias arraigadas. Há entre nós um gosto de mandar, de submeter os outros a ordens e determinações de tal modo incontido que, enfeixando nas mãos cinco centímetros de poder, o portador deste poder

tende a transformá-lo em dez metros de árbitro. (FREIRE, Paulo. 2001, p. 201)

A não obtenção da efetivação da garantia dos direitos que em lei são democraticamente assegurados é por certo o grande desafio em evidência na atualidade. Pois assim sendo então necessário que seja compreendido que antes de tudo a Educação é de fato um ato político, não sendo pré-condição da democracia e da participação, mas é expressão do processo de sua construção.

Portanto, diante do que já foi relatado, o contexto atual da Educação encontra-se sofrendo consequências e influências do gradativo e grande desmonte das políticas sociais. Sendo assim, e sem deixar de lado e enaltecendo a importância do papel dos educadores no processo do ensino, cabe ressaltar de que os profissionais envolvidos no sistema educacional brasileiro possuem uma formação fruto dos dilemas e contradições do ensino do país. E por muitas vezes reproduzem nas instituições as ideias neoliberais que não impulsionam em nada uma Educação pautada na universalidade, distanciando-se da realidade de seu público alvo.

Somente com a ultrapassagem da aparência política, descentralização do poder e superação da crise não só econômica, mas social e moral, é que a Educação brasileira terá a oportunidade de se fazer valer enquanto direito democrático e Política Pública Social garantida a todos.

## **1.2 Criação, Ampliação e Fortalecimento do Ensino Técnico Profissionalizante**

A história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica começou em 1909, durante o governo do Presidente Nilo Peçanha. Em seu governo foi restaurado o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Neste ano foram criadas 19 Escolas de Aprendizes e Artífices (EAAs), com Decreto 7.566 em 23 de setembro, e este ato é considerado o marco inicial do ensino profissional, científico e tecnológico no Brasil.

Considerando: Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; Que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação [...] (BRASIL, 1909, p. 6975)

Para se entender a forma como estas instituições estavam colocadas vale pensar em que nível encontrava-se toda conjuntura social e econômica do tempo em que foram criadas. De acordo com Cunha (2000b, p. 94):

Neste contexto, o ensino profissional foi visto pelas classes dirigentes como um antídoto contra a ‘inoculação de ideias exóticas’ no proletariado brasileiro pelos imigrantes estrangeiros, que constituíam boa parte do operariado.

Ou seja, com um país que aboliu a escravidão a 20 anos e excluiu as relações escravistas de produção, gerando assim uma crescente demanda de mão de obra livre e poucas oportunidades de trabalho, estas Escolas de Aprendizizes Artífices são estabelecidas como resposta e contribuição ao processo de industrialização, que ainda ocorreria de maneira lenta, e precária e a toda conjuntura econômica da época que demonstrava traços de mudanças comparada aos modelos anteriores porém ainda era centrada na atividade rural e nos centros urbanos. Segundo Theodoro (2008, p. 29), “pode-se observar, já no final do século XIX, o início de um processo de aglomeração da pobreza e da exclusão nas cidades, resultante da chegada em profusão de contingentes de ex-escravos”.

As EAAs tinham como objetivo a oferta de ensino profissional primário e gratuito para os “desfavorecidos”, forma que foram denominados os sujeitos à época. “O proletário era concebido como marginal: bandido ou pobrezinho, era necessário reprimi-lo e controlá-lo dentro e fora da fábrica” (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 193).

Então estas Escolas tinham um olhar mais voltado para a inclusão e “ordem social” dos jovens do que propriamente qualificação profissional como um todo, fazendo com que a camada mais pobre estivesse ocupada. Desse modo, “não há dúvida de que aos objetivos das Escolas de Aprendizizes Artífices associavam-se à qualificação de mão de obra e o controle social de um segmento em especial: os filhos das classes proletárias” (BRASIL, 2010a, p. 10).

Em 1937, na conjuntura do Estado Novo, com a 4ª Constituição promulgada e após o ensino técnico profissionalizante passar por diversas modificações, foi então considerado elemento estratégico e fundamental para o desenvolvimento econômico e como um fator capaz de proporcionar melhores condições de vida. Desta forma, no governo de Getúlio Vargas as Escolas de Aprendizizes Artífices foi transformada em Liceus Industriais. Os Liceus começaram a trabalhar conjuntamente com a expansão industrial, que passou a expandir-se rapidamente. Assim, para que esse desenvolvimento fosse sustentado, foi necessário a formação de mão de obra qualificada.

Ainda no governo de Vargas, em 1942, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema declara:

Não dispõe ainda o nosso país de uma legislação nacional do ensino industrial, sendo esta modalidade de ensino dada, pelos poderes públicos e por particulares, sem uniformidade de conceituação e de diretrizes, sem métodos e processos pedagógicos precisos e determinados, sem nenhum sistema de normas de organização e de regime, mas com tantas definições

e preceitos quantos grupos de estabelecimentos, ou quantos estabelecimentos. (BRASIL, 1942a, p. 1)

Foi então desenvolvida uma reforma no sistema educacional brasileiro, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. Logo, os Liceus Industriais passaram a se chamar Escolas Industriais e Técnicas (EITs). Entre os cursos, destacavam-se a profissionalização para torneiro mecânico, eletricidade e mecânica. Neste contexto então, “inicia-se, formalmente, o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação” (BRASIL, 2009a, p. 4).

No entanto, mesmo considerando a importância do progresso acima citado, o ensino técnico profissionalizante continuava com o caráter voltado somente a formação da mão-de-obra qualificada para aqueles que necessitavam de forma geral sobreviver do trabalho, colocando de lado a formação intelectual oferecida pelas escolas secundárias.

Ao final da década de 1940, acentuou-se a discussão sobre o distanciamento entre o ensino profissional e o secundário (dualidade), de modo que, no ano de 1950, por meio da Lei nº 1.076, foi assegurado aos estudantes concluintes do curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássicos e científicos, desde que prestassem exame das disciplinas não estudadas naqueles cursos e compreendidas no primeiro ciclo do curso secundário (BRASIL, 1950, p. 5425).

Em 1959, no governo de Juscelino Kubitschek, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1983, com autonomia didática e de gestão.

E tratando-se do regulamento sobre a nova organização escolar e administrativa das instituições, juntou-se, em seu Art. 1º, o objetivo das escolas à cultura de base geral e o prosseguimento dos estudos: a) proporcionar base de cultura geral e iniciação técnica que permitam ao educando integrar-se na comunidade e participar do trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos; b) preparar o jovem para o exercício de atividade especializada, de nível médio. (BRASIL, 1959, p. 3009). Porém, no décimo capítulo denominado “Da articulação no Ensino Industrial e deste com outras modalidades”, de forma limitante as possibilidades da Lei 1.821 de 1953 foram mantidas, aonde definia as chances de ingresso no curso superior aos portadores de diploma de técnico industrial, a partir de sua formação de origem, o que preservava o caráter dualista.



Em 1961, o ensino técnico ganhou uma nova forma com a lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - (LDB), promulgada em 1961, que equiparou o ensino profissional ao ensino acadêmico. No entanto, conforme Canali (2009, p.11), “é importante assinalar que a dualidade só acabou formalmente, já que os currículos se encarregavam de mantê-la”.

Nos anos 1970, no Governo ditatorial de Médici, houve a expansão da oferta de ensino técnico e profissional. Em 1978, com a Lei 6.545, foram transformadas três Escolas Técnicas Federais (de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca) em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), mantendo os termos, em 1994 com a Lei 8.948 as demais Escolas também se transformam nos Centros.

Após grandes embates, foi então sancionada a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que, substituindo a LDB 5.692/71, passou a estabelecer as novas diretrizes e bases da educação nacional. O documento imputou uma nova roupagem ao Ensino Médio, o separando-o da Educação Profissional, e estabeleceu sua vinculação com a Educação Básica, caracterizando-se como sua etapa final.

Estes centros tinham como objetivo formar engenheiros de operação e tecnólogos. Dezesesseis anos depois, os Cefets viraram a unidade padrão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico. Eles absorveram as atividades das ETFs e das Escolas Agrotécnicas Federais e se preocuparam em preparar o país para a revolução tecnológica ocorrida entre os anos 1980 e 1990.

Em 2008, o sistema foi remodelado com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFS), que absorveram os Cefets e as Escolas Técnicas restantes. Com 102 anos de vida, a Rede Federal conta com 38 Institutos, dois Cefets e uma Universidade Tecnológica Federal.

## **Capítulo II - INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA: Histórico, Assistência Estudantil e Serviço Social**

### **2.1 Histórico e características**

Neste capítulo, o objetivo é trazer apontamentos que apresentem como os Institutos Federais chegaram ao Distrito Federal e quais as atribuições do Serviço Social na política de educação dos Institutos, com recorte na Assistência Estudantil como garantia de direito.

Como forma responder a demanda da sociedade aonde cada vez ampliava-se a oferta de empregos, elevavam-se a necessidade de mão de obra qualificada, e por haver pouca oferta de cursos de formação técnica no DF, o IFB foi impulsionado pelos diversos setores da sociedade a ser criados.

Os Institutos Federais chegam ao Distrito Federal e são estabelecidos em 2008 mas essa nomenclatura é considerada recente. Antes era chamado de Cefet, e no DF, havia somente um na cidade de Planaltina que por meio da lei nº 11.892 passa a compor Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, existente em todo o Brasil. No DF, houve então transformação da ETF/BSB em Instituto Federal de Brasília. Na época, o quadro efetivo de funcionários contava com 52 servidores técnicos e docentes, distribuídos na Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED) Planaltina e na Direção Geral.

De acordo com a Lei 11.982 de 29 de dezembro de 2008, que criou o IFB, são finalidades dos Institutos Federais<sup>1</sup>:

1. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos, com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
2. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
3. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
4. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, no âmbito de atuação do Instituto Federal;
5. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
6. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
7. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
8. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
9. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

---

<sup>1</sup> Disponível no Portal IFB (<http://www.ifb.edu.br>)

Em janeiro de 2009, foi iniciado o processo para implantação de outros campi<sup>2</sup> do IFB - Samambaia, Gama, Brasília e Taguatinga - e reestruturada a UNED Planaltina à nova concepção de educação profissional, científica e tecnológica. No final do ano de 2009, foram feitas novas nomeações e teve início a licitação das obras dos campi definitivos do IFB. Os campi Riacho Fundo, São Sebastião e Taguatinga Centro iniciaram suas atividades em 2011.

Em 2012 foi criado então o primeiro Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Instituto Federal de Brasília (IFB) com base nas políticas para a Educação Profissional e Tecnológica à época e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que diz que a oferta da educação profissional caracteriza-se como uma modalidade articulada com as diferentes formas de educação, o trabalho, a ciência e a tecnologia para conduzir o cidadão trabalhador ao “permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996).

Em 2013, ao completar 5 anos, o IFB passou a ofertar mais de 4 mil vagas anuais e possuía 18.000 alunos matriculados em seus 10 campi, incluindo os alunos do Pronatec e dos cursos de EaD. Em 2014, o IFB ofertou 5.371 vagas para seus diversos cursos. Nesse ano, foi aberto, no sistema e-MEC, o processo de credenciamento da instituição. (Portal IFB)

Conforme Pacheco (2011), a oferta de ensino médio integrado, numa perspectiva politécnica, é fundamental para atingir os objetivos educacionais traçados para nosso país. Nesse sentido, a relação que se estabelece entre educação e trabalho é o ponto inicial para o estabelecimento e criação dos Institutos Federais e de todas as suas relações posteriores como também para o norteamiento de todas as ações e regulamentações.

Assim, o IFB preza pela formação humanista para o mundo do trabalho e valoriza o compartilhamento de conhecimentos científicos culturais. Dessa forma, contribui para a formação de um trabalhador apto a compreender as dinâmicas produtivas de trabalho, de maneira a emancipar a “classe dos que vivem do trabalho” (ANTUNES, 2005) no Brasil e, como consequência, de todos os brasileiros e brasileiras. (PPI IFB, 2017. Pg 10)

De acordo com o PPI, até 2017 o IFB oferece 13 cursos técnicos integrados, 4 de PROEJA, 20 técnicos subsequentes e um curso subsequente EaD, 15 cursos superiores, e

---

<sup>2</sup> Em 07 de agosto de 2015, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC) emitiu uma Nota Informativa sobre a utilização da palavra *Campus/Campi* por meio do Ofício Circular nº 72. Após inúmeros questionamentos sobre a pluralidade da palavra *câmpus*, a SETEC encaminhou uma consulta junto à Academia Brasileira de Letras (ABL) solicitando esclarecimentos sobre a utilização correta de *câmpus/campus/campi*. Diante do apresentado pela SETEC à ABL fica “recomendada a permanência do singular *campus* e do plural *campi* nos textos em que devam prevalecer estes vocábulos como integrantes de léxico de terminologia científica”. (Fonte CECOM/Reitoria)

um curso de especialização. Os cursos são ministrados nos 10 Campis, que estão inseridos seguintes Regiões Administrativas:

I - Brasília, constituída pelo Plano Piloto - Asas Norte e Sul -, somando 14,3 quilômetros de extensão;

II - Gama distante, aproximadamente, 30 km do Plano Piloto, com 377,60 km<sup>2</sup>;

III - Taguatinga, com área de 121,34 km<sup>2</sup>;

IV - Planaltina, atualmente, com área de 1.537,16 km<sup>2</sup>, divididas em duas áreas, a antiga e a nova, chamada de Vila Buritis;

V - Ceilândia, distante 24 km do Plano Piloto, com uma área de 232 km<sup>2</sup>;

VI - Samambaia, distante 28 km do Plano Piloto e com 106 km<sup>2</sup> de área, distribuídas em setores que vão desde o de Mansões Leste até a Vila Roriz, onde estão as construções mais populares;

VII - São Sebastião, que dista 30 km da Rodoviária do Plano Piloto, e possui uma área de 383,18 km<sup>2</sup>;

VIII - Riacho Fundo, localizada a 18 km da Rodoviária do Plano Piloto, com 54,53 km<sup>2</sup>.

IX - A RA da Estrutural é parte do SCIA e fica a 10 km do Plano Piloto.

Segundo dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), a renda média das famílias do DF é de 2,10 salários mínimos, sendo as regiões do SCIA/Estrutural, da Fercal, do Varjão, do Itapoã e do Paranoá as com menor renda média mensal, aproximadamente, 0,8 salários mínimos. E em 2015, a taxa de desemprego no DF, em média, era de 12,1% da população ativa. Esses, e os demais dados sobre o perfil do jovem do DF auxiliam o IFB a ratificar seus objetivos de inclusão de jovens para que possam ter maiores possibilidades no mundo do trabalho.

O acesso aos cursos técnicos e de formação inicial e continuada dá-se, principalmente, por meio de sorteio. Já o acesso aos cursos superiores é dado, principalmente, pelo Sistema de Seleção Unificado (SiSU) que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para classificar os candidatos, excetuando-se cursos que exijam teste de habilidade específica e a modalidade de educação a distância - EAD. Para ingressar nos cursos, os candidatos devem possuir os diplomas de conclusão dos níveis requeridos pela legislação em vigor, isto é, para a educação superior, de conclusão de Ensino Médio, para o Ensino Médio, de conclusão de Ensino Fundamental.

As políticas para o ensino, no IFB, são de responsabilidade da Pró-reitoria de Ensino (PREN) e são construídas de maneira participativa a partir de diversos segmentos e instâncias internas. Os fóruns mais presentes nesses processos são os Conselho Superior (Consup), composto por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica da Instituição - técnicos, discentes e docentes - e da sociedade civil, das demandas da sociedade como um todo por meio de seus representantes sociais, e de demandas legais; e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), composto por representantes docentes, técnicos e discentes. Além desses conselhos, ainda participam

dessa construção os fóruns das diferentes representações, como, por exemplo: o de dirigentes, o de diretores de ensino, pesquisa e extensão; o de assistência estudantil; o de registro acadêmico; o de coordenadores pedagógico; o de coordenadores de curso, entre outros. (PPI IFB, 2017. Pg 37)

Uma das oportunidades mais significativas para os alunos no âmbito do IFB, são atividades de extensão são desenvolvidas pela PróReitoria de Extensão e Cultura (PREX). No qual são desenvolvidos programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica. E os documentos que regulamentam as atividades de extensão no IFB são: Resolução 23/2010, Resolução 002/2012, Resolução 07/2012 e a Portaria Normativa 06/2016.

O IFB é considerado como instituição com um espaço autônomo, sendo a construção do Projeto Político Institucional (PPI) o expoente máximo do exercício desta autonomia. A autonomia é resultado de uma construção social que se faz pela ação dos sujeitos que compõem o ambiente educacional.

Sendo assim, a autonomia é um processo de conquista contínua que depende da participação e da mobilização de todos em torno da consolidação do projeto educacional da instituição. Porém, a autonomia da instituição educacional pública é sempre relativa, não é absoluta, pois esta instituição está vinculada ao sistema de ensino. (PPI IFB, 2017. Pg 48)

Ao longo desses oito anos então, o IFB consolidou-se como uma das principais possibilidades de acesso e ingresso à educação profissional no Distrito Federal, atendendo ao que está preconizado na Lei 11.892/2008: “educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas”.

## **2.2.Assistência Estudantil: Problemática Temática**

Por conta de questões como a do acesso ao ensino pela população que se encontra em dificuldades socioeconômicas, e talvez, por consequência do empenho nesta discussão feita por profissionais que se posicionaram a favor da erradicação das desigualdades socioeconômicas interferirem no Ensino. Foi instituída a Política de Assistência Estudantil, primeiramente por meio da Portaria nº 39/2007 e consolidada, posteriormente, com a edição do Decreto nº 7.234/2010, que abrange as instituições federais com o objetivo de dar resposta a essa demanda social.

A Política de Assistência Estudantil é orientada pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, implantado por meio da Portaria nº 39 de 12 de dezembro de 2007 sendo uma das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, e executado pelo âmbito

do Ministério da Educação no governo Lula e com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (Luis Inácio Lula da Silva; PNAES; 2010)

Composto por conjunto de diretrizes que norteiam a implantação de ações que como apresentado acima visam a promoção do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes. Tendo como objetivo a inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida, como descrito na própria Política. “A política educacional é, assim, expressão da questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social” (ALMEIDA, 2005, p. 04)

A Política de Assistência Estudantil surge como resposta a uma expressão da questão social que se manifesta dentro da educação de forma a tornar o ensino desigual e antidemocrático. Assim, busca a redução das desigualdades socioeconômicas, não somente por meio de uma educação pública gratuita mas também uma democratização de todo processo dentro das escolas e universidade, e consequentemente fora delas. Deste modo, tornou-se necessário criar mecanismos que garantam a permanência dos estudantes de segmentos sociais pauperizados para que diminuam as desigualdades apresentadas e proporcionem a conclusão do ensino em que está inserido de forma mais justa e exitosa.

Nos Institutos Federais de Brasília, o Plano Nacional de Assistência Estudantil está inserido no Ofício nº/2008/GAB/ETF/BSB que constituem a promulgação da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – PAE.

A Política de Assistência Estudantil e Inclusão Social do IFB é Coordenada pela Pró-Reitoria de Ensino – PREN em parceria com os Campi, devendo outras coordenações tais como a Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social dos Campi desenvolverem junto com outros setores ações e programas que tenham cunho social, cultural e científico. Na PAE estão contidas as diretrizes e princípios que norteiam a implantação de ações que visam à permanência dos alunos bem como traz a composição das equipes de trabalho e suas responsabilidades.

Com base na pesquisa feita por Reis, 2016 e nos Artigos da Política constitui, no Art. 18 a mesma é dividida em três classes de Programas. Sendo o primeiro de os programas universais, posteriormente os de promoção à permanência, e o terceiro sendo programas de incentivo ao desenvolvimento acadêmico.

➤ Programas Universais:

- a) Programa de Acompanhamento Social, Pedagógico e Psicológico.
- b) Programa de Promoção da Saúde.
- c) Programa de Incentivo a Cultura Esporte e Lazer Discente.

➤ Programas de Promoção a Permanência:

- a) Programa Auxílio Permanência.
- b) Programa Apoio ao Proeja.
- c) Programa Auxílio Moradia.
- d) Programa de Residência Estudantil.
- e) Programa Auxílio Criança.
- f) Programa Apoio ao Integrado

➤ Programas de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico

- a) Programa Monitoria.
- b) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico Científico.

Cada programa tem um regulamento próprio, para os programas de promoção à permanência, exceto o Programa de apoio ao integrado, o processo de seleção é feito por meio de Edital, podendo participar todos os estudantes matriculados no IFB. Durante o processo de seleção, os alunos passarão por estudo socioeconômico, a ser realizado pelos Assistentes Sociais, podendo ser submetidos ainda à entrevista e visitas domiciliares. (REIS. 2016)

O primeiro programa presente na política de Assistência Estudantil a ser efetivado nos campi, foi o Auxílio Permanência. E a atuação Equipe de Serviço Social dos Institutos em relação aos programas está quando é feita, pelos profissionais desta categoria, a análise dos dados apresentados pelos alunos requeridos no Edital de seleção, tais como renda familiar *per capita*, número de habitantes na residência, tipo de moradia (cedida, alugada, financiada),

local da moradia, número e idade dos filhos, portador de doença crônica, portador de deficiência ou responsável por portador de deficiência, cor, etnia, mulher chefe de família, situação de trabalho do discente ou do responsável mantenedor (empregado ou desempregado) e por último membro de família beneficiária da seguridade social (exemplo: beneficiários do Programa Bolsa - Família e/ou que possuem familiar que recebe Benefício de Prestação Continuada), conforme pode ser observado no modelo de Edital de seleção Constante no Anexo 3 e Formulário de inscrição constante no Anexo 4. (REIS. 2016)

Com objetivo privilegiar os discentes que estão em maior vulnerabilidade e com o intuito de evitar a evasão ou diminuição no aprendizado, após análise e estudo de toda documentação os alunos são então classificados e divididos em três grupos distintos, de acordo com o Art. 5º do Anexo IV da Resolução 14/2014 CS-IFB:

- Grupo 1 (G1): Situação de alta vulnerabilidade socioeconômica. O discente apresenta grande dificuldade em satisfazer suas necessidades básicas (alimentação, transporte, material escolar), fato tendencioso que pode resultar em abandono do curso por insuficiência de recurso financeiro.
- Grupo 2 (G2): Situação de média vulnerabilidade socioeconômica o discente encontra-se parcialmente suficiente para a manutenção dos estudos.
- Grupo 3 (G3): São classificados nesse grupo os discentes vulneráveis, mas não prioritários, ficando em lista de espera aguardando migração para o Grupo 2.

O valor da bolsa do Auxílio Permanência no âmbito do Instituto Federal de Brasília para o G1 é R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e para o G2 é R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), de acordo com a Portaria normativa nº 005, de 01 de agosto de 2014. O repasse financeiro é feito mensalmente em período letivo ao discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica e econômica.

Abaixo, mais alguns programas que constituem os IFBs, bem como suas atribuições e particularidades:

- I. Programa auxílio Moradia; É um auxílio pecuniário destinado aos estudantes do IFB, com matrícula e frequência regular, de cursos presenciais de Formação Inicial e Continuada, que contemple o mínimo 200h, do Ensino Técnico e de Graduação dos Campi, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, residente em outros estados, e cidades fora do Distrito Federal ou em zona rural ou localidades com quilometragem igual ou superior a 50 km em relação ao campus, com dificuldades de acesso aos Campi, objetivando sua permanência escolar e/ou acadêmica, que objetiva custear parte dos gastos com aluguel em regiões próximas aos Campi.
- II. Programa auxílio ao integrado; O programa visa contribuir para a permanência dos estudantes dos Cursos Técnicos Integrado ao Ensino Médio, regularmente matriculados no IFB. Viabiliza por meio de auxílio financeiro o direito a alimentação saudável no horário das aulas, durante a vigência do curso, nos Campi que não possuem refeitório próprio.



III. Programa Bolsa Monitoria; Visa proporcionar aos estudantes do IFB espaço colaborativo para o desenvolvimento da aprendizagem. O Programa busca envolver o estudante com o ambiente escolar do IFB, estimulando a sua participação no processo educacional e nas atividades relativas ao ensino, para que o aluno tenha uma formação acadêmica de qualidade e ainda desperte o seu interesse na docência por meio de atividades de natureza pedagógica que desenvolvam habilidades próprias desta área.

IV. Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Científico; Objetivo deste programa é o estímulo ao desenvolvimento técnico e científico dos alunos visando a sua formação intelectual, acadêmica e profissional mediante a participação dos discentes em eventos acadêmicos, científicos e tecnológicos.

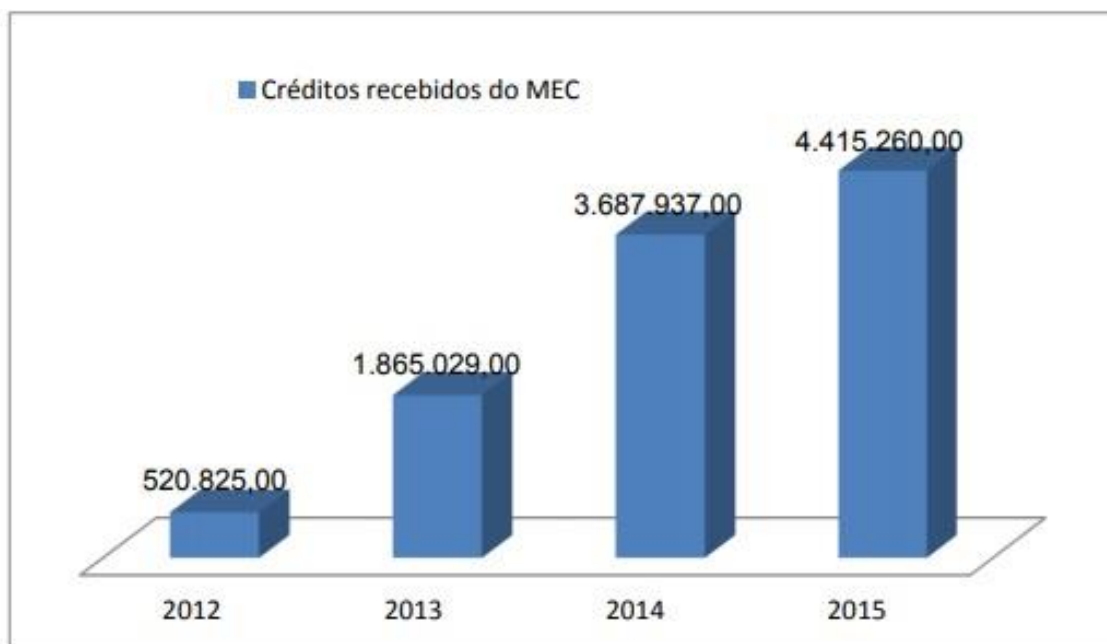
V. Programa auxílio criança; O Programa Auxílio Criança é destinado, exclusivamente, aos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, com matrícula e frequência regular, de cursos presenciais de Formação Inicial e Continuada, que contemple o mínimo 200h, do Ensino Técnico e de Graduação dos Campi, em situação de vulnerabilidade socioeconômica e não tenham com quem deixar seus filhos com idade de 0 (zero) até 12 (doze) anos nos horários de aula.

VI. Programa de acompanhamento social, pedagógico e psicológico; PROASPEP - Destina-se a todos os discentes regularmente matriculados no IFB visando proporcionar ao estudante atendimento social, pedagógico e psicológico de forma a contribuir para a permanência do estudante. Constituem-se objetivos do programa promover ações de prevenção, atendimento e acolhimento aos estudantes; e contribuir para a diminuição das taxas de retenção e evasão escolar.

Em relação ao financiamento dos programas da Políticas de Assistência Estudantil nos IFBs o Decreto nº 7.234/2010 dispõe em seu art. 8º que as despesas para custeio correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao MEC que por sua vez transferirá às instituições federais de ensino superior, sendo que o Poder Executivo compatibilizará a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes.

Estes valores repassados e destinados PNAES tem relação direta com o índice de desenvolvimento humano – IDH de cada ente da federação, bem como o número de alunos e de vagas oferecidas por meio do Sistema de Seleção Unificada – SISU que é gerenciado pelo MEC. Porém o critério de seleção dos discentes será definido pelas instituições conforme os preceitos do Decreto que rege o assunto levando em consideração o perfil socioeconômico. (REIS. 2016)

Gráfico 1.1 - Créditos orçamentários para custear a assistência estudantil no IFB



Fonte (Portal IFB 2016).

De acordo com gráfico apresentado acima, é perceptível o aumento significativo dos repasses feitos pelo MEC. Tendo em vista que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília está em implantação e ampliação e ao passo que aumenta a quantidade de alunos matriculados na instituição, acresce o valor dos créditos orçamentários.

Para além dos programas citados, todos os campi contam com o auxílio emergencial. Recurso que os assistentes sociais gerenciam com autonomia para repasse aos alunos em situação de vulnerabilidade emergencial. Esse auxílio emergencial não possui regra definida sobre os valores a serem destinados com o limite máximo de R\$400,00 (quatrocentos reais).

Valores que restam dos demais outros programas para este, além do valor inicial destinado pela instituição. O auxílio não contempla os discentes que perderam prazos de editais e sim aqueles que tiveram sua situação econômica alterada por outros meios e que resulte no caráter emergencial. O acesso a este benefício, pode se dar a qualquer momento por solicitação do próprio discente e sua análise é feita pelo assistente social por meio do parecer social. A prioridade do profissional é a de manter esse discente em suas atividades escolares.

Os estudantes, além de receberem os auxílios solicitados (de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira e com a análise socioeconômica realizada pela assistente social), são acompanhados quanto à frequência, desempenho escolar e demais

dificuldades que se apresentem. Este acompanhamento não ocorre no sentido de controle ou cobrança, mas sim em uma perspectiva pedagógica que possibilite atender as demandas dos estudantes, que por vezes se manifestam nas notas obtidas ou na ausência às aulas. Entende-se que a realização deste acompanhamento é fundamental para que a assistência estudantil se efetive, pois, a vulnerabilidade se expressa de diferentes formas, e não se restringe apenas à questão financeira.

Tal fato apresenta-se como um grande desafio aos Institutos Federais, posto que, no Brasil, a oferta de uma educação gratuita e de qualidade à classe trabalhadora não constitui, na prática, um direito de todos, como prevê a Constituição da República. Ou seja, a oferta da educação gratuita reflete a própria composição desigual da sociedade brasileira ao longo da sua história. Portanto, pela educação, é necessário incluir socialmente um grupo de indivíduos – que não é minoria – no interior da escola, cujas questões ultrapassam o processo de ensino e aprendizagem, ao mesmo tempo em que integram este processo. (ALMEIDA, 2005)

Assim sendo, diante das informações apresentadas pode-se então classificar como sendo inegável que a assistência estudantil se constitui como um direito do estudante e vem possibilitando que cada vez mais estudantes possam concluir de forma democrática os estudos nos Institutos Federais de Brasília. À assistência estudantil é ainda conferida importância por sua capacidade de ampliar e democratizar as condições de acesso e permanência de segmentos da população que não têm inserção no espaço educacional, devido a sua desigual posição de classe. As ações da assistência estudantil também criam condições para que seja possível se permanecer Institutos.

Porém ainda não é em toda sua totalidade que as desigualdades sociais na educação tem sido vencidas, mas através da Política de Assistência Estudantil com planejamento, ações, programas e recursos públicos para enfrentar as diversas expressões da Questão Social que se apresentam nos Institutos é possível chegar ao alcance da diminuição destas desigualdade.

## **2.3 O Serviço Social no Instituto Federal: surgimento, perfil e atribuições**

### **2.3.1 Trajetória Histórica e perfil**

A trajetória do Serviço Social na Educação, de acordo com Vieira (1997) se deu a partir dos Centros Sociais nos EUA e Europa em 1906. Tinham como objetivo que houvesse visitas às famílias a fim de averiguar por qual motivo não enviavam seus filhos à escola buscando assim motivos da evasão e trazendo questões como mal aproveitamento escolar e adaptação das crianças na escola.

No Brasil, a presença do/a assistente social na área da educação remonta à década de 1930, portanto, desde a origem dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão.

No entanto, é a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, que se visualiza no Brasil um considerável aumento do Serviço Social na área da educação (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL GT DE EDUCAÇÃO, 2011).

Podemos afirmar com Piana que:

[...] Serviço Social e Educação Brasileira; a história de uma educação ainda em construção, com marcas profundas da exclusão social, econômica e cultural, de uma classe menos favorecida; uma educação sem investimentos e oportunidades a essa parcela da população e sob o domínio de organismos nacionais que direcionam os rumos da educação brasileira para uma ação mercantilista. Mas também é possível pensar que uma educação diferenciada, participativa e de qualidade, será construída com o compromisso ético, com o compromisso em socializar conhecimentos a criatividade e a dinamicidade na construção do conhecimento pelo educadores, o Serviço Social, uma profissão que conquistou sua identidade e maturidade históricas. (PIANA, 2011, p. 176).

Nos Institutos Federais de Brasília o Serviço Social é inserido em 2008, porém foi formalizado com o decreto nº 7.234, em 2010 o qual propõe o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Entretanto, os/a assistentes sociais que aos poucos foram sendo contratados para atuarem na Instituição ficavam a cargo e atuavam com a demanda de todos os campi, pois não foram contratados assistentes sociais para todos os Campus. O ingressos dos Assistentes Sociais no IFB se dá por meio de Concurso Público, sendo o último realizado no 2º semestre de 2016.

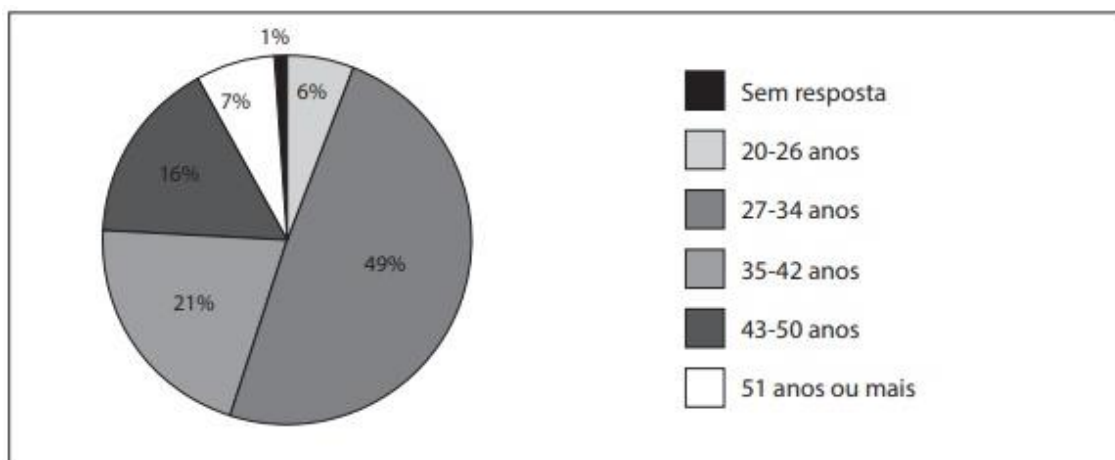
Nos Institutos Federais, os profissionais em Serviço Social são inseridos/a nos IFs com uma significativa expansão nos últimos treze anos, de 2003 à 2016, passando à contemplarem 142 instituições em 2003 para 644 previstas até o final de 2016 (Brasil, 2016)

De acordo com uma pesquisa por meio de questionários distribuídos em Estados brasileiros feita pelas assistentes sociais PRADA e GARCIA, 2017, as assistentes sociais dos IFs são majoritariamente do sexo feminino (94%), acompanhando a tendência histórica dessa profissão no Brasil. São profissionais em sua maioria jovens, com idade entre 20 e 34 anos (55%). Também afirmam que a ampliação do mercado de trabalho, o crescimento no número de cursos de Serviço Social e o crescimento de profissionais formadas em busca de emprego podem contribuir para a alteração no perfil encontrado pelo CFESS (2005), no qual a maioria (65%) tinha mais de 34 anos<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Por conta de ter uma amostra com 94% de assistentes sociais mulheres e somente 6% de profissionais homens as autoras pedimos utilizaram as formas nominais no feminino ao nos referirmos aos sujeitos da pesquisa, o qual será mantido neste trabalho.

Gráfico 2.1 – Faixa Etária das Assistentes Sociais no IFBs

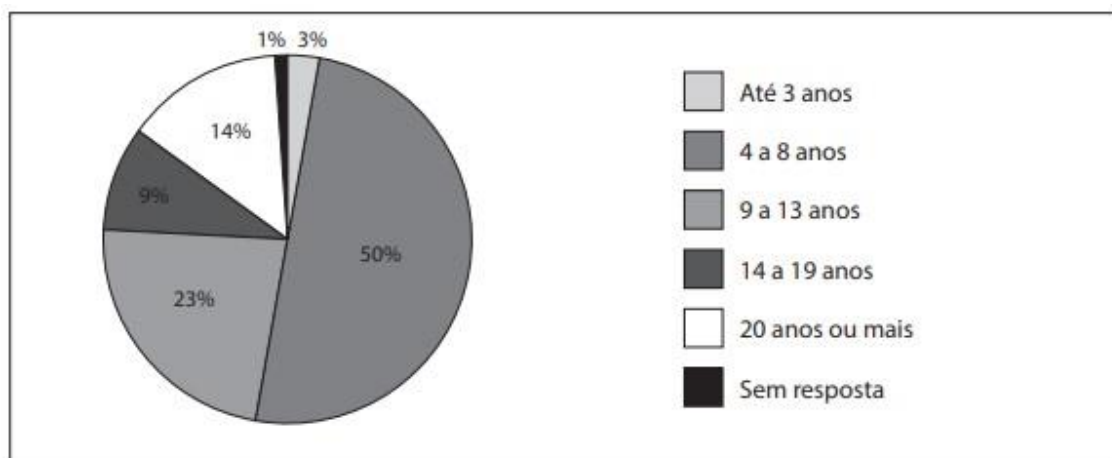


Fonte: PRADA & Garcia. 2017.

Ainda em relação a idade, a pesquisa das autoras apontam que 53% das profissionais tinha até oito anos de formadas em Serviço Social, ou seja, mais da metade, e que acima de 43 anos de idade são aquelas que possuem mais de vinte anos de formação.

Entre 35 e 50 anos estão as com tempo de formação de quinze a dezenove anos, e majoritariamente as assistentes sociais inseridas nos IFs se formaram quando tinham entre 22 e 28 anos de idade. Mais da metade, sendo 63%, das profissionais se formaram nas universidades públicas brasileiras estaduais ou federais, e 36% de universidades privadas. Com 96% sendo cursos presenciais e 3% à distância abaixo:

Gráfico 2.2 – Tempo de Formação

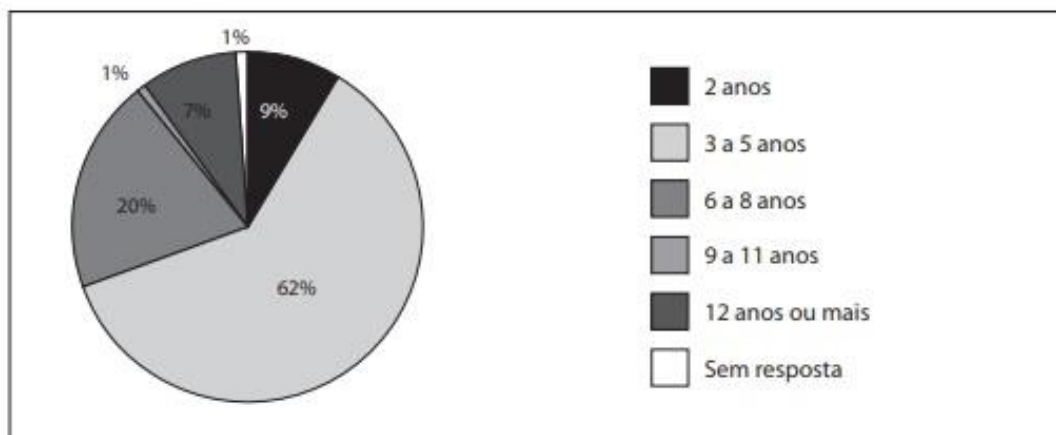


Fonte: PRADA & Garcia. 2017.

Em questão do tempo de exercício profissional nos IFs, somente 12% das profissionais tiveram o ingresso no IF como o primeiro emprego, enquanto a maioria, 88%, já havia

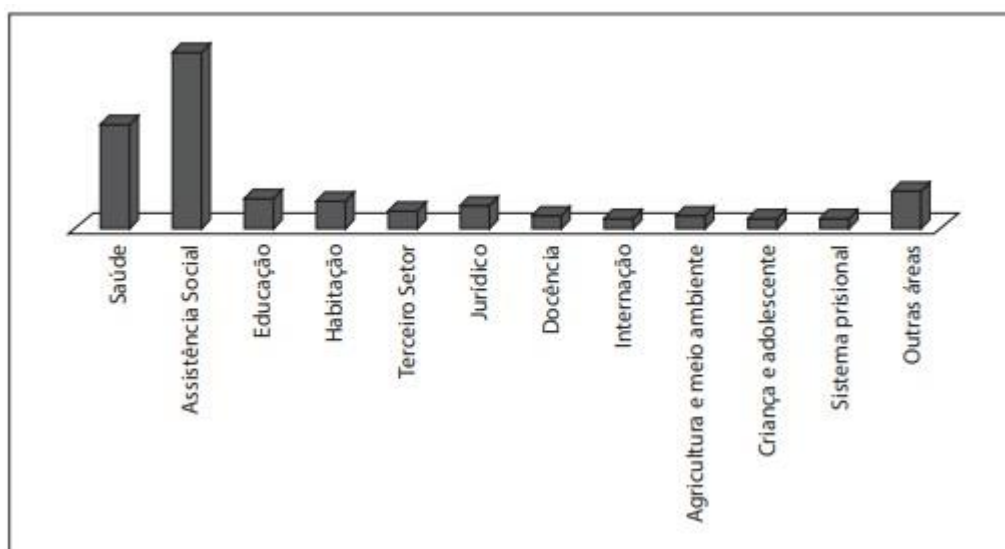
trabalhado anteriormente em outras áreas, como o campo da assistência social e da saúde. Campos os quais contribuem e trazem experiências significativas à Política de Educação.

Gráfico 2.3 – Tempo de trabalho no IF



Fonte: PRADA & Garcia. 2017.

Gráfico 2.4 – Área de atuação antes da inserção no IF



Fonte: PRADA & Garcia. 2017.

Levando em consideração que de acordo com a pesquisa de que apenas 7% das profissionais têm doze ou mais anos de exercício profissional, sendo o IFs uma instituição bem antiga, pode-se considerar então que a expansão das instituições possibilitou a abertura de algumas vagas para a categoria profissional. E também considerando que o acesso de mais de 71% das profissionais se deu no período de aprovação do Programa de Assistência Estudantil.

Mas é válido ressaltar que a Política Nacional de Assistência Social — PNAS garante a categoria das assistentes sociais como profissionais obrigatórios na composição das

equipes de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade para o funcionamento dos serviços, por isso o fato da expansão de vagas para as assistentes sociais que tem ocorrido com os IFs a partir de 2010, com a aprovação do PNAES.

Em relação à carga horária, de acordo com a pesquisa, 44% trabalham trinta horas semanais, direito previsto por lei em 2010, com a alteração da Lei n. 8.662/93 (Brasil, 2010b). Em virtude do Decreto n. 1.590 <sup>4</sup>(Brasil, 1995), é que se torna viável que se cumpra carga horária.

Apesar disso, o processo de implementação do ponto eletrônico nas instituições federais ameaça a garantia das trinta horas à profissional, uma vez que é baseado em acordos internos, não é formalizado pelo MPOG, e em algumas instituições com somente uma profissional, ela é obrigada a trabalhar quarenta horas. (PRADA & GARCIA, 2017)

Sobre a existência de outro vínculo empregatício, os dados da pesquisa mostram que 87%, ou seja, a maioria possui apenas o vínculo com o IF, mas 12% têm outro vínculo, dado próximo ao perfil apresentado pelo CFESS (2005), em que 11% tinham outro vínculo empregatício.

Cabe aqui destacar a sobrecarga de trabalho a que estão expostos esses 12%. Para todas, o trabalho se torna alienado, fetichizado, negando o desenvolvimento humano. Contudo, o assalariamento provoca a ilusão, ou alienação, de que o salário que recebem faz jus ao trabalho (Lessa e Tonet, 2011).

“Essa necessidade de exercer outras atividades fora o trabalho nos IFs tende a provocar desgaste profissional, bem como risco à convivência social e à saúde das trabalhadoras.” (PRADA & GARCIA, 2017)

Contudo, tomando como base e considerando todos os dados e informações apresentadas, pode-se inferir o quanto a expansão das instituições dos Institutos Federais contribuiu para a ampliação do mercado de trabalho do assistentes sociais quanto categoria trabalhadora nestes espaços educacionais que possuem diferenciações das demais escolas e universidades.

### **2.3.2 Atribuições e Demandas nos IFBs**

O último Edital do Concurso publicado no Portal do IFB, apresenta como sendo descrição sumária para atividades exercidas dos Assistente Sociais:

λ.Orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições:Esclarecer dúvidas, orientar sobre direitos e deveres, acesso a direitos instituídos, rotinas da instituição, cuidados especiais, serviços e recursos sociais,

---

<sup>4</sup> Permite às servidoras e servidores da administração pública federal direta, das autarquias e fundações que trabalhem em turnos ininterruptos, igual ou superior a doze horas, que cumpra carga horária de seis horas diárias e trinta horas semanais.

normas, códigos e legislação e sobre processos, procedimentos e técnicas; ensinar a otimização do uso de recursos; organizar e facilitar; assessorar na elaboração de programas e projetos sociais; organizar cursos, palestras, reuniões.

λ Planejar políticas sociais;

λ Elaborar planos, programas e projetos específicos; delimitar o problema; definir público-alvo, objetivos, metas e metodologia; formular propostas; estabelecer prioridades e critérios de atendimento; programar atividades. λ Pesquisar a realidade social;

λ Realizar estudo sócio-econômico; pesquisar interesses da população; perfil dos usuários; características da área de atuação; informações in loco; entidades e instituições; realizar pesquisas bibliográficas e documentais; estudar viabilidade de projetos propostos; coletar, organizar, compilar, tabular e difundir dados.

λ Executar procedimentos técnicos;

λ Registrar atendimentos; informar situações-problema; requisitar acomodações e vagas em equipamentos sociais da IFE; formular relatórios, pareceres técnicos e rotinas e procedimento; formular instrumental (formulários, questionários, etc).

λ Monitorar as ações em desenvolvimento;

λ Acompanhar e acompanhar resultados da execução de programas, projetos e planos; analisar as técnicas utilizadas; apurar custos; verificar atendimento dos compromissos acordados com o usuário; criar critérios e indicadores para avaliação; aplicar instrumentos de avaliação; avaliar cumprimento dos objetivos e programas, projetos e planos propostos; avaliar satisfação dos usuários.

λ Articular recursos disponíveis;

λ Identificar equipamentos sociais disponíveis; identificar recursos financeiros disponíveis; negociar com entidades e instituições; formar uma rede de atendimento; identificar vagas no mercado de trabalho para colocação; realocar recursos disponíveis; participar de comissões técnicas. λ Coordenar equipes e atividades;

λ Coordenar projetos e grupos de trabalho; recrutar selecionar e pessoal; participar do planejamento de atividades de treinamento e avaliação de desempenho dos recursos humanos da instituição. λ Desempenhar tarefas administrativas;

λ Providenciar documentação oficial; cadastrar usuários, entidades e recursos; controlar fluxo de documentos; administrar recursos financeiros; controlar custos; controlar dados estatísticos.

Após serem contratados os profissionais são alocados e situados na Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social – CDAE. Coordenação constituída por uma equipe multidisciplinar que dispõe sobre os aspectos socioassistenciais e pedagógicos da instituição ao qual será abordado melhor no próximo capítulo. Hoje cada Campus é contemplado com a atuação de pelo menos um/a assistente social efetivo.



O exercício profissional dos/a assistentes sociais nos IFBs regido pelo PNAES, como já mencionado, está estabelecido então na Constituição da Política de Assistência Estudantil do IFB no Art. 16 (Seção II) as atribuições do Assistente Social sendo:

a) propor, desenvolver e acompanhar Políticas e projetos que beneficiem comunidade acadêmica; b) assessorar a Instituição na elaboração de programas e projetos sociais; c) elaborar e acompanhar a execução de planos, programas e projetos específicos em sua área de atuação; d) orientar a comunidade acadêmica sobre direitos e deveres, acesso a direitos instituídos, serviços e recursos sociais; e) organizar cursos, palestras, reuniões e eventos técnicos; f) contribuir com o planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação da Política de Assistência Estudantil do IFB, no tocante a sua área de atuação; g) realizar estudo socioeconômico de suporte à sua área de atuação; h) pesquisar informações in loco e denunciar situações-problema; i) elaborar relatórios, pareceres técnicos e orientações sobre rotinas e procedimentos; j) definir critérios e indicadores para instrumentos de avaliação social; k) realizar atendimento e prestar orientação social aos estudantes; l) contribuir com o planejamento, implementação e acompanhamento dos índices e das causas de evasão e reprovação visando a proposição de ações a essas questões; m) promover ações sistemáticas de acolhimento e acompanhamento ao estudante do IFB, visando contribuir para o seu bem-estar no ambiente escolar. (Política de Assistência Estudantil do IFB)

Como referido, a maior inserção e contratação dos profissionais desta categoria nos IFBs também deu-se para responder as demais que vieram a partir da aprovação da PNAES. O que nos remete questionar que estes(as) profissionais adentraram nos Institutos com uma clara atribuição institucional de atender aos estudantes com auxílios e bolsas estudantis. Mas apesar disto, o trabalho do Assistente Social nas instituições não encontra-se apenas direcionado a concessão de auxílios, mas com visão também em aspectos gerais no acompanhamento do processo educativo dos alunos, como o acesso, permanência e evasão escola, ou projetos sócio-assistenciais destinados às famílias, comunidade, dentre outros.

O setor educacional pode demandar a atuação do Assistente Social sob uma perspectiva tradicional, no entanto, isto não significa que o percurso de atuação profissional na Instituição fica condicionado a tal perspectiva. O profissional de Serviço Social pode iniciar um trabalho na instituição educacional sob uma demanda conservadora, de adequação à ordem e estrutura pré-estabelecidas, e no decorrer de seu processo de intervenção na realidade, construir um histórico técnico-profissional questionador, emancipador e propositivo. (LANÇA. 2012, pg 139)

Assim sendo, é visto que o Serviço Social em muitas áreas, instituições ou políticas é requisitado para cumprir parâmetros legais. Mas de acordo com a conjuntura interna e externas de cada Campus dos Institutos Federais, é possível que os assistentes sociais em exercício profissional viabilizem mudanças para além do que só conceder auxílios aos casos que são concernentes ao seu fazer profissional e que chegam como demanda para os

mesmos, respeitando é claro, a ação profissional com base na lei 8.662, que regulamenta a atuação e o exercício profissional dos/a Assistentes Sociais no Brasil.

O fato é que culturalmente a profissão ainda não conseguiu romper com a visão estreita a seu respeito, que considera o Assistente Social como responsável por resolver conflitos, problemas. No cenário educacional a questão não tem se mostrado diferente, o que valida as reflexões anteriores a respeito da necessidade de melhor entendimento da profissão enquanto categoria e na própria sociedade. (LANÇA. 2012, pg 139)

Então, informar por quais motivos e necessidades o profissional de Serviço Social deve ser inserido na Educação e refletir sua atuação neste campo dos Institutos Federais perpassa por relacionar a concepção adotada com os objetivos, princípios, competências e atribuições profissionais.

Observa-se que a profissão, embora tenha conquistado grandes avanços, de ordem política e ideológica, ao longo de seu percurso histórico, ainda é acompanhada por sua identidade atribuída, atrelada aos interesses dominantes. Deste modo, o Assistente Social estaria para servir e atender as necessidades Institucionais, em desconsideração ao papel que exerce de mediador das relações de forças, conflitos entre os beneficiários e os promotores dos serviços e políticas públicas, pautado na perspectiva de direitos, cidadania e democracia. (LANÇA, 2012)

De certa forma, em dúvida, está contido nas atribuições dos assistentes sociais dentro dos IFBs também o caráter de função educativa. Tal função caracteriza-se pela incidência dos efeitos das ações profissionais na maneira de pensar e agir dos estudantes envolvidos em tais ações, interferindo na formação de subjetividades e normas de condutas, elementos estes constitutivos de um determinado modo de vida ou cultura. (CARDOSO; MACIEL, 2000, p. 142).

Pode-se então classificar os profissionais não como educadores na definição escolar de ensinar o que cabem aos docentes da instituição, mas um educador social, capaz de estimular o diálogo da educação com os alunos na sua historicidade, possuindo como vantagem para o desenvolvimento dos estudantes em si.

De acordo com tudo relatado, pode-se configurar o(a) o Assistente Social sob aspectos políticos e ideológicos como um educador social diante de suas relações de trabalho, agindo sobre as diversas expressões da realidade social junto aos estudantes das políticas sociais disponíveis dentro dos IFBs, a equipe de trabalho, gestores, sociedade em geral.

Com relação as demandas que chegam até o serviço social nos IFBs, nas pesquisas alçadas para fundamentar este trabalho não foram encontrados dados quantitativos à respeito da demanda em geral. Entretanto sabendo-se que Serviço Social enquanto profissão que se realiza a partir de determinados conhecimentos teórico-metodológico, técnico-operativo e

direcionada por valores e finalidades que se comprometem com a transformação da realidade social, sistematiza e operacionaliza respostas às necessidades dos usuário.

De acordo com o documento do CFESS (2013, p. 16):

As demandas apresentadas aos/às assistentes sociais em relação à educação nunca estiveram limitadas a uma inserção restrita aos estabelecimentos educacionais tradicionais, sendo acionadas também a partir das instituições do poder judiciário, das empresas, das instituições de qualificação da força de trabalho juvenil e adulta, pelos movimentos sociais, entre outras, envolvendo tanto o campo da educação formal como as práticas no campo da educação popular.

Pode-se então classificar algumas dessas ações para atender as necessidades que estão postas pelas contradições da questão social no âmbito educacional dos Institutos Federais de Brasília como sendo, pautadas pelo que diz ROSA:

Diante das muitas atividades desenvolvidas pelo Serviço Social, percebemos que o Plantão Social demanda um tempo significativo dos profissionais, pois as crianças e famílias comparecem para solicitar as mais diversas orientações e encaminhamentos como: informações sobre as oficinas do Projeto Caicultura, solicitação de cestas básicas de alimentos, óculos, medicamentos, autorização para exames médicos, orientação para conversar com os filhos sobre sexualidade, agressividade, de relacionamento com o professor e muitos outros serviços. (ROSA, 1999, p. 80-81)

Também pode-se levar em consideração o que PIANA aponta sobre as demandas no dia a dia do exercício profissional dos(a) assistentes sociais:

Outro aspecto a considerar são as refrações da questão social que se manifestam no cotidiano escolar e interferem no processo de ensino e aprendizagem, como a evasão escolar, o baixo rendimento, a indisciplina, a agressividade do aluno e de profissionais, o uso de drogas, a violência, o preconceito, o despreparo dos educadores exigindo diálogo, e aproximação dos profissionais da educação com os setores e as categorias profissionais das demais políticas sociais: a saúde, a segurança, a assistência social, a cultura, ganhando contornos específicos a partir das realidades regionais e municipais do país. (PIANA, 2009, p.150).

Voltando ao documento do CFESS (2013) “Subsídios para atuação de assistentes sociais na Política de Educação”, no que diz respeito ao trabalho profissional, pode-se levar em conta o primeiro apontamento que trata das dimensões que particularizam a inserção profissional nas instituições educacionais. As quais ocorrem por meio da necessidade dos usuários ao acesso e permanência na educação escolarizada, na garantia qualidade dos serviços prestados e para atuar numa dimensão com relevância que está contida nos princípios da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que já mencionada como gestão democrática das políticas sociais, entre elas, a política de educação.

Assim sendo, pode-se observar que algumas demandas apresentadas às assistentes sociais são exclusivas do contexto educacional e podem ser classificadas como:

- trabalhar mediante situações que envolvem repetência, fracasso e evasão escolar e a questão da qualidade do ensino (inclusive desenvolvendo ações junto a professores através de orientações individuais e oficinas temáticas);
- desenvolver ações visando a relação família-escola-comunidade, sensibilizando os sujeitos envolvidos no processo educativo em relação a assuntos que dizem respeito ao segmento criança/adolescente e que rebatem no âmbito das instituições educacionais, tais como: sexualidade, gravidez precoce, drogadição, trabalho infantil, orientação profissional, violência e conflitos na escola e na família;
- realizar orientações e encaminhamentos de alunos e familiares a outras políticas setoriais. (RODRIGUES. 2015)

Outra demanda que pode-se apontar está na dinâmica que compõe a luta pela ampliação ao acesso dos usuários nos Institutos Federais de Brasília. Mas muito para além deste processo, é preciso reconhecer os embates dos sujeitos frente às condições de permanência nos Institutos. Ou seja, a qualidade com que o ensino vai estar sendo posta ao longo do curso diz muito mais sobre democracia e garantia de direitos do que exclusivamente o acesso à Instituição.

Ainda que atuação profissional pareça ampliada em suas possibilidades técnicas e instrumentais e envolva uma gama maior de recursos a serem mobilizados, não se identifica no conjunto diversificado de estabelecimentos públicos e privados nos quais se inserem os/as assistentes sociais uma expansão integrada dessas duas dimensões. [...] As ações que assegurem a permanência dos estudantes de diferentes níveis da política educacional ainda são uma das principais pautas de lutas dos movimentos sociais e, em particular, do movimento estudantil hoje. (CFESS, 2013, p. 42).

A atuação de assistentes sociais na política de educação, em específico dos Institutos Federais de Brasília, será mais entendida e qualificada mediante a compreensão da concepção ampliada de Educação na sociedade contemporânea, reconhecendo e mostrando os limites da instituição, que são impostos pela política de educação oferecida pelo Estado. Pois as instituições educacionais estão atreladas aos processos de produção e reprodução da luta de classes

É neste cenário contraditório de luta pela garantia do direito a Educação, mediante uma política pública social, que o Assistente Social encontra espaços e possibilidades de atuação. O contexto de possibilidades e desafios da inserção do Assistente Social na área educacional se expressa de diversas maneiras.

O Serviço Social se apresenta na contramão das configurações assumidas pelo município no tocante à Política Educacional, uma vez que busca a construção da Educação mediante uma Política de direito, pública, voltada aos interesses e para os sujeitos no espaço escolar e fora dele. (LANÇA. 2012)

A demanda por tal profissional pode se estabelecer diante da necessidade de intervenção nas expressões da Questão Social internas e externas da Instituição. Na articulação da Política Educacional com as demais Políticas Públicas e Sociais, no processo de gestão política, administrativa e pedagógica escolar, sob uma perspectiva de compor a equipe multiprofissional e interdisciplinar para o atendimento das necessidades do público alvo direto e indireto em sua complexidade, como também para responder a problemáticas imediatas.

### **CAPÍTULO III – *CAMPUS SÃO SEBASTIÃO*: Configuração territorial e estágio curricular obrigatório**

Este último capítulo trata-se de um recorte e enfoque em um dos Campus dos Institutos Federais de Brasília, que está localizado na Cidade de São Sebastião no Distrito Federal. Posteriormente uma apresentação da atuação do Assistente Social no Campus e suas especificidades a partir da experiência de estágio.

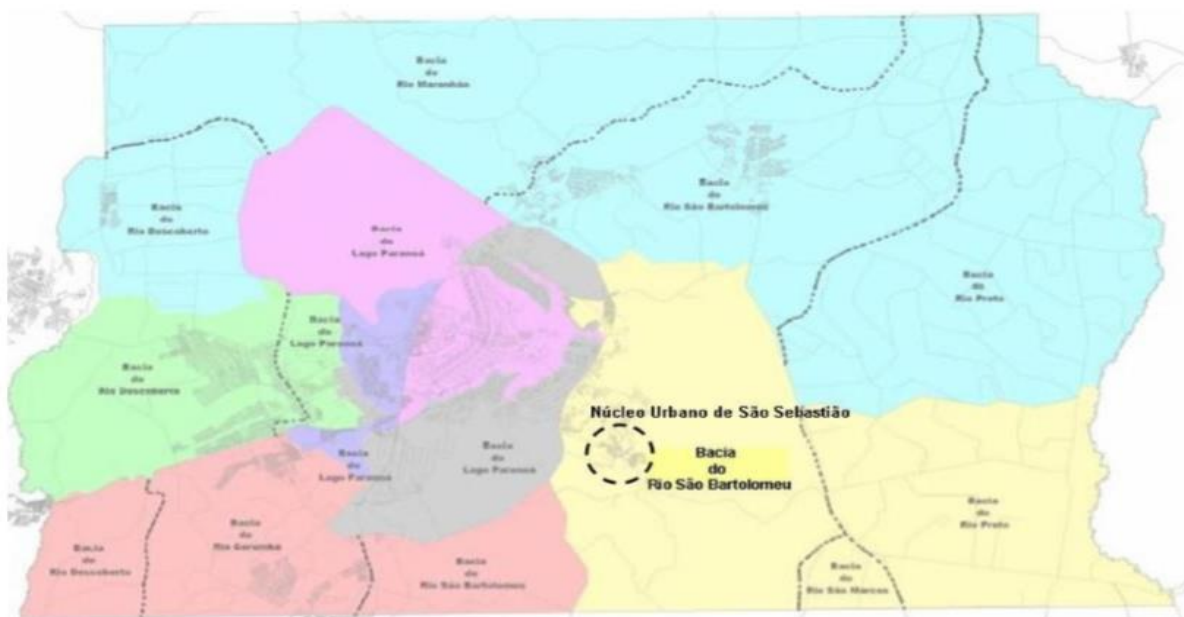
#### **3.1 A Cidade de São Sebastião:**

##### **3.1.1. Histórico**

Para que seja entendido sobre como o Campus do Instituto Federal na cidade de São Sebastião está organizado é necessário conhecer a zona territorial que o Campus está inserido e construído, pois “[...] o território é onde vivem, trabalham, sofrem e sonham todos os brasileiros” (SANTOS, 1999). Com base no território é possível:

[...] reconhecer e analisar situações. A sociedade apenas existe, empiricamente, através dos pedaços do território em que se distribui. É através das regiões e dos lugares, que essa sociedade aparece como ela é, uma e diversificada, de modo mais corpóreo e concreto, permitindo que nos apossamos, analiticamente, de seus traços (SANTOS & SILVEIRA, 2000, p. 11).

A cidade de São Sebastião é hoje uma das 32 regiões administrativas do Distrito Federal localizada ao sul, com território na bacia hidrográfica do Ribeirão Santo Antônio da Papuda, um dos afluentes do rio São Bartolomeu conforme ilustração 1 abaixo:



Fonte: Google. Mapa 1C – PDOT/2008

E diferentemente das outras cidades até então denominadas “satélites”, que iam sendo criadas ao longo dos anos por decisão governamental, São Sebastião teve sua origem em meados do ano de 1957 ligada a uma aglomeração espontânea da população, o que gerou preocupações governamentais quanto a isto.

A cidade guarda segredos desde o regime escravista brasileiro e, segundo a crença dos moradores mais antigos, a ocupação desta área vem desde o período colonial, quando aqui existiam fazendas remanescentes da época dos escravos. A mais conhecida entre os moradores era chamada sinhá Luzia, ou simplesmente, a Velha Papuda. Ela era dona de um dos engenhos situados próximo ao Morro da Cruz. Este fato está confirmado por vestígios de construções escravas encontradas na região, como uma cruz de madeira fixada no alto do morro. (Site Governo de Brasília. Conheça a RA)

A princípio o território da cidade era dividido basicamente em grandes fazendas aonde se instalaram olarias. A motivação inicial da população em ocupar a área deu-se pela proximidade de 23km de distância do projeto de urbanização de Lúcio Costa que estava em construção civil, o Plano Piloto, e pela oferta de comércio de área das olarias, cerâmicas e areias para suprir parte da demanda à época da construção de Brasília. Com o gradativo fechamento destas olarias por falta de necessidade do que era fabricado, e a grande procura por compra das terras pela população os proprietários começaram a dividir e grilar suas fazendas, até então sem nenhuma regularidade do solo, para começarem a vender as partes por um baixo custo.

Longe de qualquer rigor ligado a um planejamento urbano tradicional realizado por órgãos governamentais, de acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, em

1991 a cidade já tinha mais de 17 mil habitantes. Então, cada bairro possui uma história própria, características diferentes na forma como foram ocupados e surgimento em períodos diferenciados, e a Agrovila São Sebastião fazia parte da cidade do Paranoá (RA VII).

Então aparentemente distante de ser uma cidade com o território registrado, as possibilidades de inserção dos projetos e políticas sociais na cidade eram reduzidas. E a partir deste fato, a falta de áreas destinadas a equipamentos públicos urbanos e comunitários, pouca oferta de áreas de lazer, baixa quantidade de áreas livres verdes no perímetro urbano entre outros, são resultados negativos dessa ocupação sem controle desprovida da qualificação tradicional de uma cidade e com um crescente aumento do número de habitantes da população.

### 3.1.2 Características

Segundo os dados abaixo da Pesquisa de Amostra de Domicílios Do Distrito Federal - PDAD 2016:

A população urbana estimada de São Sebastião é de 100.161 habitantes. Do total de habitantes da RA de São Sebastião, 48,18% estão na faixa etária de 25 a 59 anos. Os idosos, acima de 60 anos, são 8,37%. A população de zero a 14 anos totaliza 22,73%.

Tabela 1 – População segundo os grupos de idade - São Sebastião - 2016

Grupos de Idade	Nº	%
0 a 4 anos	7.350	7,34
5 a 6 anos	2.585	2,58
7 a 9 anos	3.883	3,88
10 a 14 anos	8.943	8,93
15 a 18 anos	8.281	8,27
19 a 24 anos	12.469	12,45
25 a 39 anos	22.211	22,18
40 a 59 anos	26.054	26,00
60 a 64 anos	3.033	3,03
65 anos ou mais	5.352	5,34
<b>Total</b>	<b>100.161</b>	<b>100,00</b>

Fonte: PDAD, 2016

Conjuntamente com o crescimento da população na cidade de São Sebastião, após o ano de 1991, de acordo com dados, a migração de pessoas de outros estados brasileiros para o Distrito Federal foi de 58,80 %. Com motivos diferenciados, como por exemplo para acompanhar parentes, 46,74% ou procura de trabalho, 45,02% as pessoas buscavam moradia cada vez mais na cidade.

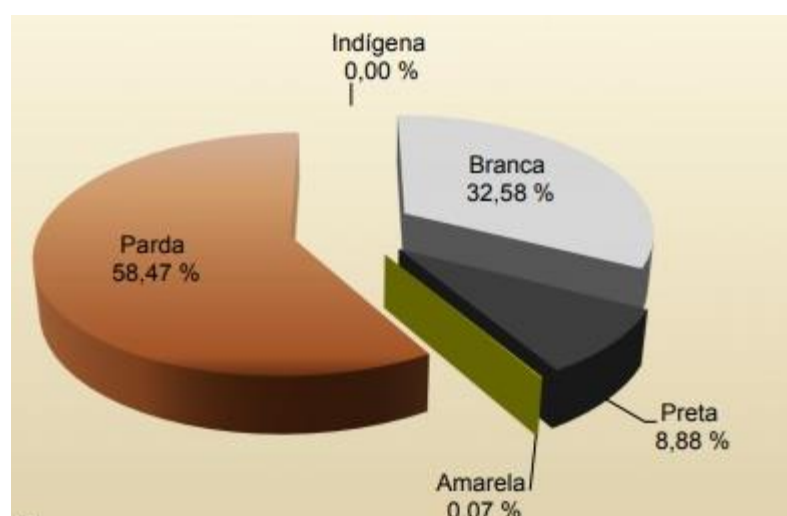
Tabela 1.2 – Motivo de mudança para São Sebastião

Motivo da Mudança	Nº	%	% de Imigrantes
Total	100.161	100,00	
Distrito Federal	46.238	46,16	
Total de Imigrantes	53.923	53,84	100,00
Acompanhar parentes	25.206	25,16	46,74
Estudo e/ou escola	316	0,32	0,59
Aquisição de moradia	70	0,07	0,13
Programa do governo para a moradia	21	0,02	0,04
Transferência do local de trabalho	112	0,11	0,21
Procura de trabalho	24.275	24,24	45,02
Melhor acesso aos serviços de saúde	3.140	3,14	5,82
Mudança de estado civil	318	0,32	0,59
Outros motivos	444	0,44	0,82
Não sabem	21	0,02	0,04

Fonte: PDAD, 2016

Dos residentes da cidade, 58,47% declararam-se pardos e 32,58%, brancos. A cor preta é representada por 8,88% dos residentes.

Gráfico 3.1 – População de São Sebastião segundo a Cor e Raça Declarada em porcentagem



Fonte: PDAD, 2016

Para que tenha uma ideia do crescimento populacional da cidade, de acordo com o *Site Oficial do Governo de Brasília*, é apresentado que existem 12 bairros, sendo que o mais recente deles é o Jardins Mangueiral, localizado antes da entrada da cidade. Outros bairros importantes que compõem São Sebastião são: Setor Tradicional, Centro João Cândido, Morro do Preá, São Bartolomeu, Vila Nova, Vila do Boa, São José, Nova Betânia, Bela Vista, São Francisco, Bonsucesso e Residencial Oeste. Dois outros bairros ainda necessitam ser criados



oficialmente, embora já existam na prática. São os casos do Residencial Vitória e o Morro da Cruz.

Apesar então das orientações governamentais para o controle da do número de habitações, a cidade continuo crescendo e sendo alvo e ininterruptas invasões, resultando cada vez em um grande aumento populacional. Por sua vez, essa população crescente começa então a reivindicar e lutar pela melhoria da cidade. Juntos, foram aos poucos buscando boas condições físicas e legalização para a terra que ocupavam.

Como consequência da mobilização dos moradores da comunidade em serem uma população fixada permanentemente no território, do desgaste político e de outras razões que existiriam caso fosse feita a retirada daquela população foi iniciada uma série de ações do Governo do Distrito Federal em relação a cidade de São Sebastião, com pretensão em sua regularização.

#### Ilustração 1 – Mobilização comunitária por melhores condições para cidade



Fonte: Acervo particular/Josino Alves de Castro - 21/01/1993

Foi então em 1993 decretada e sancionada a Lei Nº 467, de 25 de junho, que de acordo com o “Art. 1º - Fica criada a Região Administrativa de São Sebastião – RA XIV.” (Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF). Posteriormente a cidade próxima Jardim Botânico que até então era considerada parte de São Sebastião é separada e transformada em RA XXVII pela Lei 3.435/2004.

Em 1994, por exigência legal e com o foco de dar orientação para estudos a respeito da regularização, foi realizado o EIA/RIMA<sup>5</sup> para a cidade. Algumas das diretrizes apontaram a necessidade de contenção do aumento populacional, e foram sugeridas ações invasivas a respeito do controle das ocupações, principalmente na áreas localizadas ao longo dos córregos onde havia risco de inundação e desabamento de edificações. Vale ressaltar que nos dias atuais, a cidade ainda não conta com a sua total regularização, mas aos poucos os moradores tem recebido os títulos de imobiliários, ou seja, a escritura pública do lotes que ocupam.

Tratando-se da educação na cidade, muitos dos habitantes por terem chegado em busca de emprego não possuíram ao longo do tempo a disponibilidade para os estudos e de acordo com apuração da PDAD 2016 que refere-se a parte da população estudante 68,44% estudam na própria Região da cidade e 25,02% vão até o Plano Piloto sendo que 6,54 % da população é composta por crianças menores de seis anos fora da escola.

Quanto ao nível de escolaridade, a população concentra-se na categoria dos que têm fundamental incompleto, 39,15%, seguida pelo nível médio completo, 21,78%. Os que possuem ensino superior completo, incluindo especialização, mestrado e doutorado, são 8,16%. Analfabetos na região representam 2,47%. (PDAD 2016, p. 24)

Por ser uma cidade que possível atribuir a característica de que a maioria é classe trabalhadora subalterna, a trajetória da educação em São Sebastião deu-se sempre inserida em contexto contraditório e permeada de conflitos de interesses. No início, as escolas de São Sebastião eram vinculadas à, até então, Gerência Regional de Ensino da região admirativa do Núcleo Bandeirante, depois passou a pertencer à Gerência Regional de Ensino da cidade mais próxima, o Paranoá.

Somente em 2001 a cidade passou a ter sua sede própria, quando foi criada a Gerência Regional de Ensino de São Sebastião (GRE-SS). Em 2004, a GRE-SS passou a ser chamada de Diretoria Regional de Ensino de São Sebastião (DRE-SS) e, em 2012, sua denominação mudou para Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião (CRE-SS).<sup>6</sup>

E como forma de responder a uma demanda social da crescente população, a primeira escola a ser inaugurada da cidade foi ainda em meados de quando Brasília estava sendo construída entre julho e setembro de 1958. Denominada desde então de Escola Classe Cerâmica da Bênção, apenas obteve seu efetivo reconhecimento mais de 20 anos depois, em 07 de julho de 1980 com a publicação da Portaria n.º 17/1980. Atualmente, a EC Cerâmica

---

<sup>5</sup> EIA/RIMA: Estatuto de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental

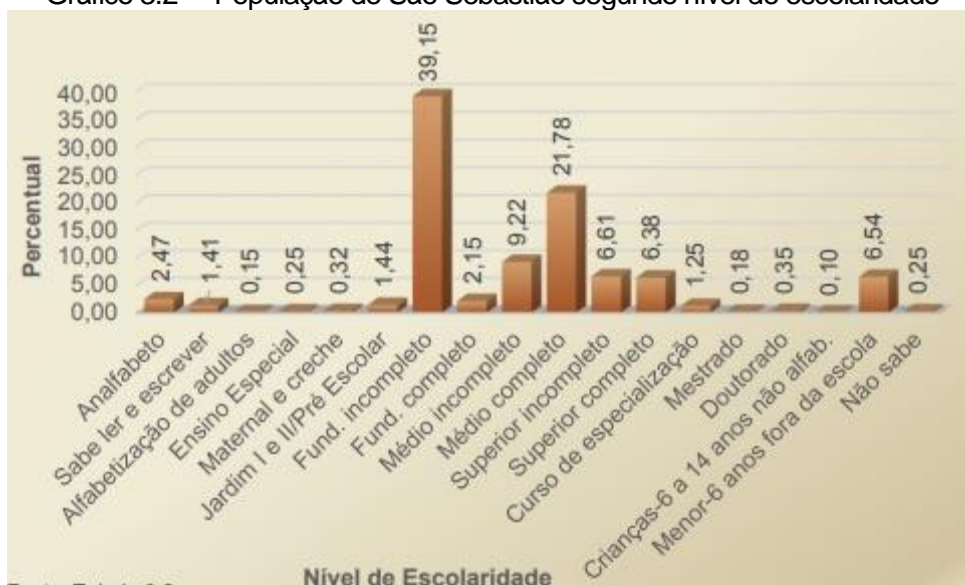
<sup>6</sup> Fonte: <https://www.cresaosebastiao.com/sobre> Acesso em: 24 maio de 2017

da Bênção possui 13 salas de aula e tem capacidade para atender aproximadamente 320 estudantes por turno.

Pode-se destacar também outras unidades educacionais da cidade bem conhecidas por serem antigas e perpassarem todo contexto de evolução da cidade, como por exemplo a Escola Classe Cachoeirinha considerada do campo por estar dentro de um território de uma fazenda, criada em 1964 aonde o Prefeito de Brasília era Plínio Reis de Cantanhede Almeida. No Governo Cristovam Buarque, e em junho de 1997 ela foi reformada e ampliada.

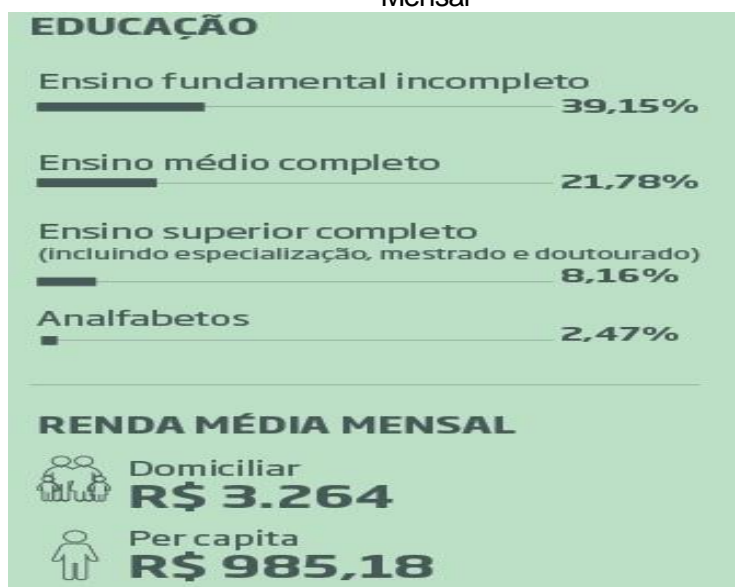
A partir do Decreto n.º 481, de 14 de janeiro de 1966 outra escola é regulamentada na cidade, o Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo que foi inaugurado em março de 1965. Anos após, uma das grandes conquistas até então no âmbito educacional chega a São Sebastião com a inauguração de uma escola urbana que atende 200 estudantes no programa de Educação em Tempo Integral, o Centro de Atenção Integral à Criança UNESCO (CAIC UNESCO), em 02 de junho de 1994. De acordo com a Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião atualmente, o CAIC UNESCO possui 45 salas de aula e tem capacidade para atender aproximadamente 900 estudantes por turno.

Gráfico 3.2 – População de São Sebastião segundo nível de escolaridade



Fonte: PDAD, 2016

Gráfico 3.4 - População de São Sebastião segundo nível de escolaridade e Renda Média Mensal



Fonte: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2016

Com base nos gráficos acima, é possível perceber que o nível de escolaridade de nível superior é bem menor do que o de fundamental incompleto. Por inúmeros motivos essa dicotomia pode ocorrer. Uma delas, pode estar ligado ao acesso burocrático, a precarização das instituições de nível superior e a localização aonde elas se encontram.

De acordo com dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal a renda familiar no DF é três vezes maior que a do Entorno. A escolaridade básica no DF é o dobro se comparada a da cidades satélites, considerando o percentual de analfabetos e aqueles que sabem ler e escrever o básico. Quanto aos indivíduos que possuem curso superior no centro do DF, estes representam quatro vezes a participação em relação aos indivíduos deste segmento que residem nas regiões administrativas. (CODEPLAN, 2003).

Estes dados acima da CODEPLAN nos apresenta que há uma confirmação da alta polarização econômica das demais regiões administrativas com relação ao Plano Piloto, cuja relação é bastante significativa. Ou seja, a uma grande dicotomia no que diz respeito economicamente e educacionalmente entre os moradores de Brasília e os da demais regiões das cidades satélites. Podendo-se então considerar a cidade de São Sebastião como parte do que constitui a “periferia” do DF, que como já mencionado, que de acordo com a DIEESE 2011 a cidade é classificada como território de vulnerabilidade.

Considerando também os dados de que na:

População em geral predominam os empregados, 59,35%. Destes, 54,52% têm carteira de trabalho assinada. Em seguida, encontra-se a categoria dos

autônomos que representa 26,11%. Entre os trabalhadores residentes na Região Administrativa de São Sebastião, 30,09% trabalham na própria RA, 34,57%, na RA I – Plano Piloto e 10,49%, no Lago Sul. No tocante à ocupação dos moradores de São Sebastião, observa-se que, entre os que estão acima de 10 anos de idade, 52,42% têm atividades remuneradas, 20,47% são estudantes e 9,00% encontram-se desempregados.” (PDAD 2016)

Então, apesar da cidade ficar a poucos quilômetros do centro de Brasília, aonde se encontram as maiores e melhores instituições de nível superior, a inserção da população nelas não se dá tão facilmente. Levando em consideração que a formação escolar está ligada ao reflexo da renda familiar e a jornada de trabalho de muitos que não conseguem ajustar conjuntamente a uma jornada de estudos, é válido então ressaltar a importância de que o ensino superior público deve possuir suas instituições descentralizadas e consiga alcançar regiões que carecem de ensino superior.

A política nacional de democratização do ensino tem possibilitado não apenas uma democratização do acesso de milhares de estudantes ao ingresso ao ensino superior como também, contribuído para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento dos lugares. (OLIVEIRA, 2014)

Assim sendo, e considerando toda trajetória do território da cidade de São Sebastião já relatado acima, é possível observar que em um contexto de uma cada vez mais competitivo no qual a economia e a qualificação pessoal exercem um papel fundamental junto às sociedades e aos estados, a inserção da Política de Educação na cidade tem forte influência no desenvolvimento da cidade como um todo.

## **3.2 O Campus IFB de São Sebastião**

### **3.2.1 Histórico**

Com a expansão da política de educação no Distrito Federal e a demanda crescente pelo ingresso nas instituições públicas com objetivo de se alcançar cada vez mais a capacitação para o mercado de trabalho, é possível então perceber a necessidade de ações governamentais que atendessem esta demanda como uma forma de que proporcionasse uma descentralização das instituições do Plano Piloto para que se alcançasse um acolhimento e inserção no ensino público do restante da população das demais cidades satélites localizadas ao entorno da Capital.

Esta descentralização está relacionada ao aumento dos limites da democracia e da insuficiência das práticas governamentais no atendimento às demandas sociais. Esta é a preocupação de autores como José Roberto Felicíssimo (1991), em estudos realizados para a Fundap - Fundação do Desenvolvimento Administrativo:

Não é exagero afirmar que a nova onda de descentralização que surge no país a partir de 1980 e que se institucionaliza em 1988, nas várias modalidades que vem assumindo (territorial, municipal e regional), expressa a vigência de um campo de conflito, ainda não gestado integralmente, que

evidencia as diversas tensões e incertezas das políticas de modernização do Estado e de democratização”. (Felicíssimo, 1991, p.60).

De uma maneira ou de outra, descentralizar a política de educação implica em uma alteração profunda, mas necessária, na forma de exercer o poder político, assim como trás o apontamento de Gentilini:

“(…) a descentralização é uma exigência necessária de um processo mais amplo de modernização das relações entre o Estado e a Sociedade e de necessária reorganização de seu aparato administrativo e político-institucional para dar conta de um acelerado processo de mudanças, sociais e econômicas, no qual o próprio Estado não intervém com a mesma eficiência. A sociedade na América Latina teria chegado a uma complexidade sócio-econômica na qual não caberiam mais as tradicionais relações que sempre condicionaram os mecanismos de apropriação e distribuição de recursos, de gestão de políticas públicas e de ampliação e acesso à educação na região, como o clientelismo, o personalismo político ou o corporativismo” (Gentilini, 1999, p. 43).

Assim sendo, com o Distrito Federal já obtendo cinco Campi dos Institutos Federais, conjuntamente com a criação do Campus da cidade de Riacho Fundo, em outubro de 2011 começam as atividades da unidade de São Sebastião. A princípio as atividades em São Sebastião começaram a ser exercidas por uma união realizada entre o IFB e a Secretaria de Educação do GDF, no Centro Ensino Fundamental (CEF) Miguel Arcanjo com 16 salas de aula e no Centro de Múltiplas Funções, aonde as instalações foram reformadas para que o *campus* pudesse contar com espaço de apoio administrativo, além de três salas de aula, laboratório de informática, biblioteca, almoxarifado e salas de atendimento, até julho de 2015.

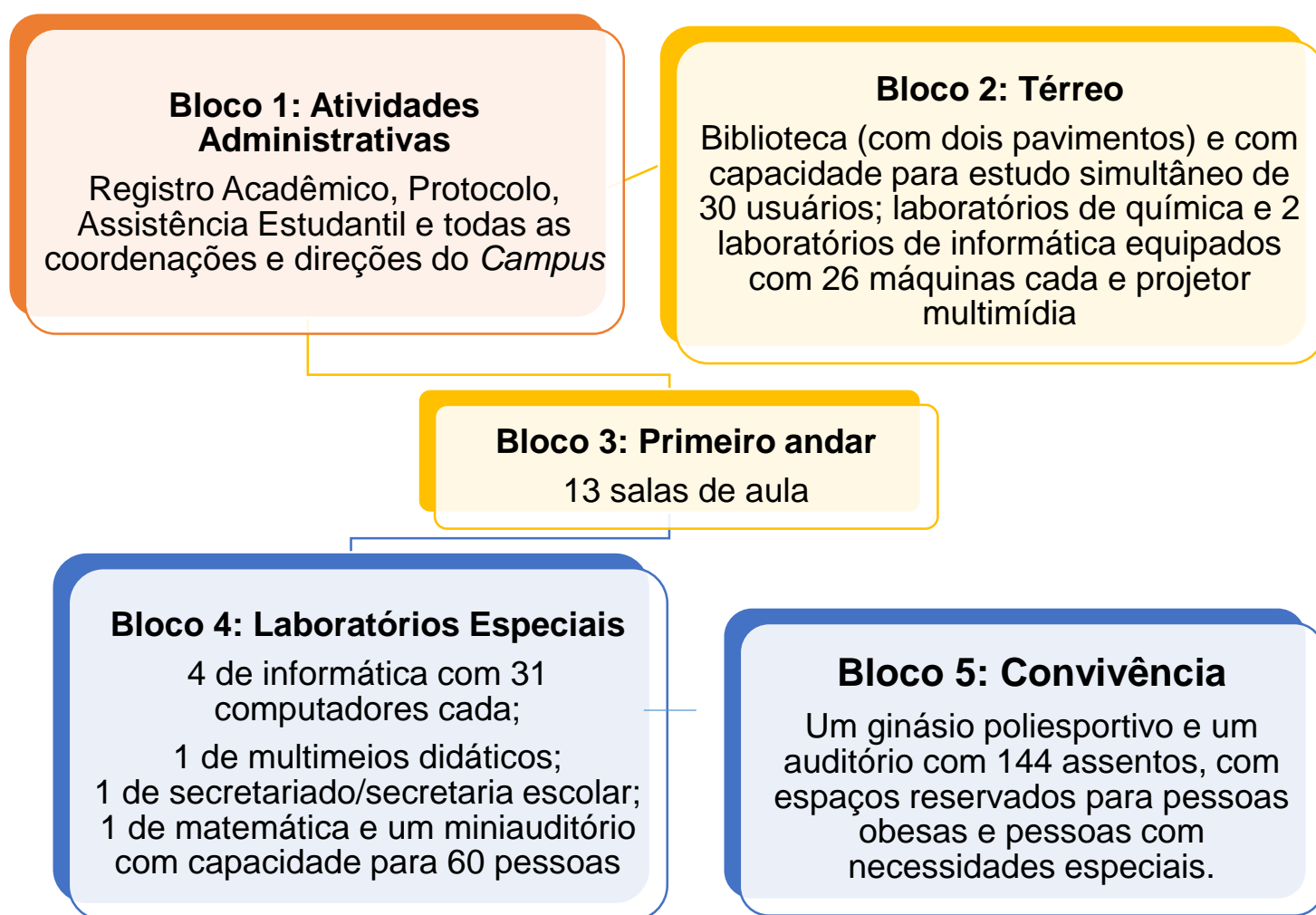
Considerando os dados apresentados no item anterior referentes as demandas de educação é válido destacar a importância que a implementação da unidade do Instituto Federal de São Sebastião trouxe a região, no qual os moradores da cidade reivindicaram, lutaram e cobraram para que se fosse concretizado por completo a obra de infraestrutura do Campus.

A importância da inserção do Campus na cidade se dá então desde da possibilidade de que abriu meios para que população tenha efetivamente o acesso do que é garantido em lei: à educação pública de qualidade e uma qualificação, cada vez mais exigida, para inserção no mercado de trabalho. Tanto quanto a relação entre titulação e qualidade reconhecida de infraestrutura laboratorial e seus reflexos na qualidade dos cursos e na produção científica do ensino para os estudantes. O qual não antes da criação do Campus não havia nenhuma unidade educacional na cidade atendendo a população com estas características.

A sede definitiva do *Campus* São Sebastião teve sua construção iniciada em 2013 e finalizada no segundo semestre de 2015 com um estrutura dividida em cinco blocos e com uma área total de 26.216m<sup>2</sup> e com 5.939,48m<sup>2</sup> de área construída.

O *Campus* é totalmente acessível com rampas de acesso em todos os blocos, a biblioteca possui um elevador para transporte de livros e pessoas com dificuldades de locomoção, o sistema de águas pluviais possibilita o aproveitamento da água da chuva para irrigação das áreas verdes. Temos uma entrada exclusiva para pedestres e outra exclusiva para veículos. Toda a área é cercada com vigilância 24 horas. O estacionamento interno possui 120 vagas para veículos automotores. Todos os blocos possuem banheiros para homens, mulheres e pessoas com necessidades especiais com dimensões apropriadas. (Portal IFB)

Organograma 1 – Desmostrativo de Divisão em Blocos do Campus



Fonte:elaborada pela autora com base nas informações do Portal IFB



Após análise dos dados socioeconômicos da região, e por meio de consultas públicas, definiu-se que o *Campus* São Sebastião tem vocação para oferecer cursos das seguintes áreas: Gestão e Negócios, Apoio Educacional, Ambiente, Saúde e Segurança. (portal IFB)

Atualmente, de acordo com os dados fornecidos pelo portal do Instituto Federal de Brasília, o Campus de São Sebastião oferece os cursos de Licenciatura em Letras/Português, Licenciatura em Secretariado, cursos FIC (qualificação rápida) em Auxiliar Administrativo e Monitoria Infantil, os cursos técnicos (Secretaria Escolar e Secretariado), Técnicos Integrados ao Ensino Médio e cursos pelos programas Profucionário, Pronatec e EaD.

### Quadro – Divisão e Descrição dos Cursos

Fonte: elaborada pela autora com base nas informações do Portal IFB

Modalidades dos cursos	Técnicos Subsequentes		Técnicos Integrados ao Ensino Médio		Graduação		Formação Inicial e Continuada		Técnicos a Distância (Ead)		
Curso	Técnico em Secretaria Escolar	Técnico em Secretariado	Administração	Secretariado	Licenciatura em Letras - Português	Pedagogia	Auxiliar Administrativo	Monitor Infantil	Técnico em Administração	Técnico em Meio Ambiente	Técnico em Segurança do Trabalho
Requisito	Ensino médio ou equivalente		Término do Ensino Fundamental em idade própria		Ensino Médio ou Equivalente		Ensino Fundamental Completo		Ensino Médio Completo ou Profissionais da Área		
Duração	04 Semestres	03 semestres	03 anos		04 anos	04 anos	4 a 5 meses		2 anos		
Turno	Nortuno		Matutino e Vespertino		Vespertino	Matutino	Noturno		01 vez por semana presencial		

Por meio do de um portal interativo e de fácil navegação na *internet*, é possível acesso as informações de cada curso, como: perfil dos estudantes, os objetivos gerais, objetivos específicos, perfil do egresso, qual campo de atuação profissional e a forma de acesso, carga horária e contato do coordenador(a) do curso, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação.

Outras informações também estão disponíveis no portal, como: estrutura administrativa e contato de cada responsável pelas Coordenações Lista e horário de trabalho dos Docentes; Horário de Atendimento das coordenações; Horário de cada Turma; Horário de atendimento do docente ao estudante, e acesso a solicitações para registro acadêmico. Bem como acesso ao Calendário Acadêmico anual de cada modalidade dos cursos e Súmulas de todas as Reuniões do Conselho Gestor do Campus.

O *Campus* São Sebastião tem atendido, além da população desta Região Administrativa, as localidades do seu entorno – Jardim Botânico, Paranoá e Núcleo ABC. Áreas mais distantes como Santa Maria e cidades do entorno do DF também, como Cidade



Ocidental, demandam alunos para Campus. Desta forma, os usuários da instituição são estudantes das proximidades do campus consideradas território em vulnerabilidade e parte destes são público da assistência estudantil.

De acordo com dados de uma pesquisa interna realizada em 2014 pela autora no *Campus* São Sebastião, de um total de matrículas o maior número está entre as mulheres 86,48%, distribuídos nos cursos técnicos: Técnico em Secretariado, Secretariado Escolar, Ensino Médio Integrado e os cursos de Formação Inicial Continuada: Cuidador de Idosos e Monitor Infantil. Em relação a cor, raça, etnia na pesquisa prevaleceu a cor negra, 49% dos alunos. Em relação à renda *per capita* dos alunos foram destacados o percentual de 32% que está na faixa de renda de R\$ 362,01 a R\$724,00 e 31% entre R\$ 724,01 e R\$1.086,00.

Estes dados acima nos apresenta a proposta de que por ser uma Instituição localizada na “periferia” de Brasília é aonde os negros, mulheres e trabalhadores de baixa renda conseguem alcançar um ensino público de qualidade de forma acessível e viável. Porém, para Moehleck, o debate sobre a universalidade do ensino não é oposto ao debate sobre Ações Afirmativas<sup>7</sup>, na medida em que:

O problema comum é a existência de uma seleção velada, que situa brancos e negros, ricos e pobres, em posição de desigualdade quanto às oportunidades de acesso ao ensino superior. Aqueles que defendem políticas universalistas argumentam que é necessário olhar a raiz do problema, no caso, a baixa qualidade do ensino básico na esfera pública e as poucas vagas oferecidas pelas instituições de ensino superior. Para os que apoiam políticas de ações afirmativas, não deveria haver uma oposição entre as políticas adotadas mas, sim, uma combinação entre elas. (MOEHLECK, 2002:213)

### 3.2.2 Organização Institucional do Campus

Como parte integrante do IFB, o Campus de São Sebastião deve seguir as regras e normas estabelecidas pelo Estatuto e Regimento Interno deste Instituto, bem como as resoluções do Conselho Superior e os Atos da Reitoria. Desta forma, o *Campus* São Sebastião está subordinado às instâncias decisórias e administrativas ligadas à reitoria, ao Conselho Superior e ao Colégio de Dirigentes. Porém cada campus tem autonomia relativa as decisões tomadas.

A estrutura organizacional do *Campus* São Sebastião, de acordo com o Estatuto e o Regimento Interno do IFB é composta pelas seguintes instâncias: Conselho Gestor; Direção Geral; Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão; Diretoria de Administração.

---

<sup>7</sup> Ações Afirmativas: políticas públicas que têm como objetivo repensar a questão étnico-racial com ações concretas que visem à reparação histórica de segmentos que foram subjugados.

O Conselho Gestor do *campus* é um órgão de assessoramento e tem como atribuição apoiar a gestão administrativa e acadêmica do *campus*. Em sua composição, conta com o Diretor Geral (presidente do Conselho Gestor), um representante do corpo docente, um representante do corpo técnico administrativo, um representante discente, um representante da Administração Regional de São Sebastião, um representante do Conselho de Segurança de São Sebastião e um representante dos arranjos produtivos, sociais ou culturais locais ligados ao eixo tecnológico que tiver mais alunos no *campus*.

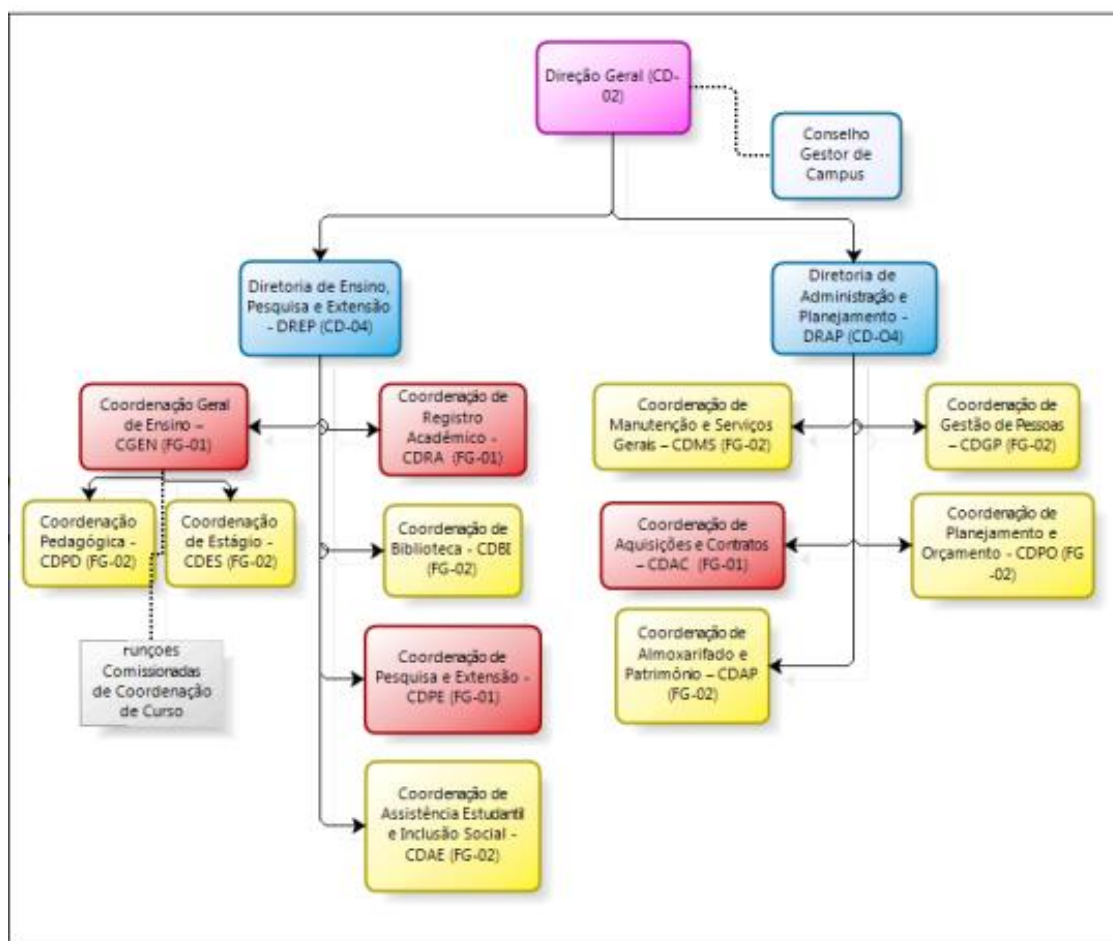
As reuniões do Conselho Gestor devem ocorrer, ordinariamente, a cada três meses, e, extraordinariamente, quando for convocado. O Conselho Gestor é um órgão consultivo, devendo acompanhar o Plano de Desenvolvimento Institucional e contribuir em matérias administrativas e acadêmicas do *campus*, de acordo com suas demandas.

A Direção Geral é escolhida por votação da comunidade do *campus* – atribuindo-se nesse processo eletivo o peso de 1/3 (um terço) para os votos do corpo docente, 1/3 (um terço) para os votos do corpo discente e 1/3 (um terço) para os votos do corpo técnico administrativo – e nomeada pelo Reitor para mandato de quatro anos, permitida uma recondução por igual período. O Diretor Geral é a autoridade executiva da administração do *campus*. Com exceção de alguns *campi*, como o de São Sebastião que ainda não tem autonomia administrativa até o período de 2018.

A Diretoria de Administração é o órgão responsável pelas ações de administração de pessoas, gestão patrimonial, orçamentária e financeira e pelo planejamento do *campus*.

A Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão deliberativo responsável por atuar como supervisor das atividades acadêmicas desenvolvidas na implementação da política de Ensino, Pesquisa e Extensão por meio de convênios ou termos de cooperação técnica do IFB ou outras instituições.

### Ilustração – Organograma Estrutura Geral do Campus



Fonte: IFB – Organograma Resolução nº 35/2012 – CS/IFB

### 3.2.3 EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL – PARTICULARIDADES E DESAFIOS SOB UMA VISÃO E REFLEXÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

Este último capítulo trata-se de um relato e visão do Campus por meio da vivência como estagiária, buscando repensar a profissão do assistente social sob um olhar mais crítico e um novo posicionamento que vise dar respostas às demandas sociais impostas decorrentes da ofensiva neoliberal e do capitalismo operante.

## **O estágio supervisionado enquanto ensino e olhar de pesquisa**

Configura-se em um processo coletivo de ensino-aprendizagem, no qual se realiza a observação, registro, análise e acompanhamento da atuação do(a) estagiário(a) no campo de estágio, bem como a avaliação do processo de aprendizagem discente, visando a construção de conhecimentos e competências para o exercício da profissão. Esta avaliação deve ser realizada continuamente, contemplando duas dimensões: a avaliação do processo de estágio e a avaliação do desempenho discente, assegurando a participação dos diferentes segmentos envolvidos (supervisores acadêmicos e de campo e estagiários(as)). (PNE, 2010, p. 15)

É válido ressaltar a importância do professor, supervisor de campo e supervisor acadêmico sendo ímpar, pois a figura deles contribuirá para “direcionar” um novo profissional que, na maioria das vezes, será influenciado pelos mesmos. (Buriolla 2001)

A supervisão no ensino de Serviço Social envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica, tida como prática docente e, portanto, sob responsabilidade do professor-supervisor no contexto do curso, e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento das atividades práticas do aluno pelo assistente social, no contexto do campo de estágio. (OLIVEIRA, 2004. p. 68).

O objetivo da disciplina Estágio Supervisionado I e II é estabelecer uma articulação entre o conhecimento teórico apreendido nas diversas disciplinas do curso e o desenvolvimento da prática profissional nas suas diferentes inserções, com a possibilidade de desenvolver habilidades práticas e analisar situações reais. Tem como pré-requisito a matéria Fundamentos Histórico Teórico e Metodológico 3 e Fundamentos Éticos e Ética profissional.

Segundo Guerra (2009), a observação do estágio supervisionado, proporciona compreender de fato o cotidiano do Serviço Social em sua totalidade:

Proporcionar uma reflexão e releitura essencialmente crítica das ações profissionais nas suas múltiplas dimensões e articulações, que capacite estudantes para: investigar, analisar criticamente, desenvolver sua capacidade argumentativa e a utilizar, construir e renovar o instrumental técnico profissional (GUERRA, 2009, p. 20).

Esse processo da minha vivência de estágio, em sua dimensão, teve relevância tanto para a construção da vida profissional, onde foi possível a vivência de um confronto entre teoria e prática, sem separá-las como algo de suma importância para o meu conhecimento e crescimento.

### **3.3 A Coordenação de Assistência Estudantil - CDAE no Campus**

Assim como mencionado no capítulo anterior, o Serviço Social no Campus de São Sebastião está lotado na Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social – CDAE, na qual então o estágio foi realizado.

A CDAE trata-se de uma equipe composta por profissionais como: assistentes sociais, pedagogas, psicólogas e assistentes de aluno. A CDAE é vinculada à Pró-Reitoria de Ensino – PREN e vinculada diretamente à Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão – DREP. Devendo cada CDAE dos Campi desenvolverem junto com os demais setores as ações e programas que tenham natureza de caráter didático-pedagógico, psicológico, social, cultural e científico, de assistência estudantil, previstos nesta Política. (Capítulo IV, seção I, art. 9º)

À Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social nos Campi em conjunto com sua equipe compete, e acordo com a Política de Assistência Estudantil do IFB:

Art. 14. I – atuar em conjunto com as Coordenações de Assistência Estudantil e Inclusão Social dos Campi;

II – propor alterações e avaliar a Política de Assistência Estudantil;

III – executar os recursos financeiros disponíveis para os programas da Política de Assistência Estudantil do IFB;

IV – fazer o empenho da verba da rubrica da Assistência Estudantil;

V – buscar parcerias com instituições públicas ou privadas para atendimento das demandas da coordenação;

VI – auxiliar o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) no processo de inclusão social dos discentes;

VII – realizar ou propor estudos que viabilizem o acompanhamento e identificação dos motivos das desistências e evasões de discentes, propondo ações para solucionar os principais problemas levantados em parceria com as Coordenações Geral de Ensino e a Coordenação Pedagógica do Campus;

VIII – participar das reuniões dos Conselhos de Classe e de Pais e Mestres; I

X – atuar em parceria com a Coordenação Geral de Ensino e Coordenação Pedagógica, para propor estratégias de enfrentamento aos problemas relativos à aprendizagem e frequência do educando;

X – atender às competências específicas definidas nos editais e nos programas vinculados a esta Política.

Até 2016 a CDAE do Campus São Sebastião estava sendo composta de duas assistentes sociais, uma psicóloga, três pedagogas(o), e duas assistentes de alunos os quais

as competências de cada um dentro desta equipe estão pautadas também na Política de Assistência Estudantil e Inclusão Social, sendo:

I – atribuições do Assistente Social: a) propor, desenvolver e acompanhar Políticas e projetos que beneficiem comunidade acadêmica; b) assessorar a Instituição na elaboração de programas e projetos sociais; c) elaborar e acompanhar a execução de planos, programas e projetos específicos em sua área de atuação; d) orientar a comunidade acadêmica sobre direitos e deveres, acesso a direitos instituídos, serviços e recursos sociais; e) organizar cursos, palestras, reuniões e eventos técnicos; f) contribuir com o planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação da Política de Assistência Estudantil do IFB, no tocante a sua área de atuação; g) realizar estudo socioeconômico de suporte à sua área de atuação; h) pesquisar informações in loco e denunciar situações-problema; i) elaborar relatórios, pareceres técnicos e orientações sobre rotinas e procedimentos; j) definir critérios e indicadores para instrumentos de avaliação social; k) realizar atendimento e prestar orientação social aos estudantes; l) contribuir com o planejamento, implementação e acompanhamento dos índices e das causas de evasão e reprovação visando a proposição de ações a essas questões; m) promover ações sistemáticas de acolhimento e acompanhamento ao estudante do IFB, visando contribuir para o seu bem-estar no ambiente escolar;

II – Atribuições do Pedagogo: a) propor, desenvolver e acompanhar Políticas que beneficiem o bem-estar social da comunidade acadêmica; b) assessorar a Instituição na elaboração de programas e projetos educacionais; c) elaborar e acompanhar a execução de planos, programas e projetos específicos em sua área de atuação; d) organizar cursos, palestras, reuniões e eventos relacionados ao ensino; e) contribuir com o planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação da Política de Assistência Estudantil do IFB, no tocante a sua área de atuação; f) acompanhar o trabalho pedagógico nos Campi com objetivo de identificar fatores que possam interferir no processo de ensino e aprendizagem; g) colaborar com a formação docente para recepção/interação de estudantes; h) contribuir com o planejamento, implementação e acompanhamento dos índices e as causas de evasão e reprovação visando à elaboração de ações propositivas a essas questões; i) participar da elaboração e execução de instrumentos específicos da área educacional; j) promover ações sistemáticas de acolhimento e acompanhamento ao estudante do IFB, visando contribuir para o seu bem-estar no ambiente escolar

III – Atribuições do Psicólogo: a) propor, desenvolver e acompanhar Políticas que beneficiem o bem-estar social da comunidade acadêmica; b) assessorar a Instituição na elaboração, acompanhamento de planos, programas e projetos relacionados a sua área de atuação; c) elaborar e acompanhar a execução de planos, programas e projetos específicos em sua área de atuação; d) orientar a comunidade acadêmica sobre direitos e deveres, acesso a direitos instituídos, serviços e recursos sociais; e) organizar cursos, palestras, reuniões e eventos em sua área de atuação; f) contribuir com o planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação da Política de Assistência Estudantil do IFB, no tocante a sua área de atuação; g) criar situações que facilitem o relacionamento intra e interpessoal do estudante, contribuindo, assim, para o processo de ensino e aprendizagem; h) desenvolver ações coletivas na prevenção de problemas, na sua área de competência, que venham a interferir no processo de ensino e aprendizagem; i) contribuir com o planejamento, implementação e acompanhamento dos índices e as causas de evasão e reprovação visando a proposição de ações a essas questões; j) promover ações sistemáticas de

acolhimento e acompanhamento ao estudante do IFB, visando contribuir para o seu bem-estar no ambiente escolar;

IV – Assistente de Aluno: a) auxiliar a equipe mínima no sentido de favorecer o desenvolvimento dos programas da Política de Assistência Estudantil nos Campi.

Quanto aos princípios atribuídos a CDAE contidos na Política de Assistência Estudantil do IFB, são diversos, nos quais pode-se destacar a importância do acompanhamento biopsicológico e social oferecido aos alunos visando melhorar o desempenho acadêmico e reduzindo o índice de evasão e retenção.

Assim sendo, e a partir da experiência de estágio foi possível perceber o quanto torna-se importante uma equipe multiprofissional agindo em conjunto em um âmbito educacional. Que de acordo com Silva,

(...) o serviço de uma equipe multiprofissional pode contribuir com a construção de escolas mais inclusivas, desde que seja pautado numa filosofia única de trabalho e que haja formação continuada permanente da equipe em propostas colaborativas. (SILVA, 2016)

No que se refere a estrutura física do espaço de trabalho, apesar de ser garantido em Lei no § 3º, Capítulo IV da Política de Assistência Estudantil do IFB que os assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e assistentes de alunos que compõem a CDAE será garantido espaço físico adequado, exclusivo e que respeite as normas de acessibilidade, para realização de atendimentos individuais de forma a garantir o sigilo profissional no estágio foi possível perceber que não há na prática a garantia desses espaços na Coordenação para que os profissionais possam exercer em favor do cumprimento de suas competências.

No que refere-se às demandas, que chegam a CDAE do Campus de São Sebastião, atualmente, é praticamente toda necessidade quando os discentes sentem que precisam de algo para além das aulas ministrada em sala, mas estão ligadas aos programas de auxílio ao estudante (permanência, monitoria, criança e os demais programas).

Vale ressaltar que deste modo, com esta centralidade dos programas serem alcançados por meio da CDAE termina contribuindo para uma percepção reduzida do trabalho do assistente social dentro desta equipe por parte dos estudantes e demais profissionais que atuam nas Instituições, como só sendo a inserção dos mesmos na garantia da Assistência Estudantil. Isto é mostrado em questões colocadas por eles no cotidiano

## **O Serviço Social dentro do Campus**

Sabemos que embora o Brasil apresente uma movimentação ideológica que privilegie a gestão participativa e compartilhada, a realidade escolar evidencia-se ainda de forma hierarquizada. Esta situação é perceptível por meio da própria estrutura física de tais espaços, onde os diretores, coordenadores e professores em sua maioria ainda se instalam em ambientes distantes dos alunos. Desta forma, os Assistentes Sociais, mediante a relação das forças em disputa, podem exercer um papel fundamental no que se refere à garantia de direitos e interesses da população demandatária dos serviços educacionais.

Dentro do Campus São Sebastião, por meio da vivência de estágio foi possível perceber a atuação do Assistente social trabalhando conjuntamente com a e na perspectiva de diminuição da evasão escolar, garantindo o bom desenvolvimento do estudante neste âmbito e sua permanência no Instituto.

Por diversas vezes, por necessita-se de urgência, foi presenciado o atendimento a um aluno sendo feito pela assistente social supervisora de campo em algum local improvisado, como salas de aula ou outros espaços desocupados do Campus, ou o adiamento do atendimento até que estivesse disponível o local designado para tal na Coordenação. Como classe trabalhadora, isto reforça cada vez mais a discussão sobre o fato da precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais na contemporaneidade. De acordo com as professoras Maria Teresa e Vania Maria do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina:

Na análise das condições de trabalho do assistente social é importante ressaltar que, além da condição de trabalhador assalariado, este profissional está majoritariamente inserido no setor público. Portanto, na sua condição objetiva enquanto trabalhador, está imerso nos processos condicionantes das políticas sociais, na particularidade brasileira, ou seja, em um país periférico; assim, a forma de organização das políticas sociais neste momento do capitalismo afeta, de forma significativa, o exercício profissional do assistente social. (SANTOS & MANFROI, 2015)

Outro aspecto que se destaca enquanto a inserção do serviço social na CDAE é que por ser uma Coordenação, como já mencionado, composta de multiprofissionais de outras áreas foi possível a percepção de disputas e empates ideológicos e políticos das assistentes sociais do Campus com os demais profissionais da Coordenação, em razão de qual melhor decisão tomar em conjunto sobre um determinado caso de um aluno, por exemplo.

Isto de acordo com Mito e Nogueira é visto como duas questões cruciais para os assistentes sociais: “a autonomia e a especificidade profissional. Em tese, significa enfrentar



os dilemas que ainda persistem no debate sobre a prática profissional no Serviço Social e que no novo cenário brasileiro se reatualizam.” (MIOTO & NOGUEIRA, 2013, p.64)

Assim sendo, e a partir de uma notória percepção e das anotações feitas no Diário de Campo enquanto era feito o estágio, foi perceptível que na maioria das vezes que os alunos do Campus chegam até a Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social por demanda espontânea, ou seja, qualquer adversidade presente em seu cotidiano eles se direcionam para CDAE, independentemente se a demanda está incluída nas atribuições dessa coordenação ou dos Assistentes Sociais.

### **Demandas do Serviço Social**

Conforme apontado anteriormente, que as demandas dos alunos são predominantemente referentes à assistência estudantil, percebe-se que o Serviço Social muitas vezes é percebido pelos estudantes do Campus como um serviço de transferência de renda, descolado da proposta de permanência e êxito dos estudantes, e também como um espaço de dúvidas, “ajuda”, e solução de problemas de quaisquer áreas que interferem a vida dos estudantes, até as que não são atribuídas a ele – Serviço Social.

Portanto, o enfrentamento dos desafios na desconstrução do senso comum nesta área da política de educação torna-se uma questão fundamental para a legitimidade ética, teórica e técnica da profissão. Ou seja, significa enfrentar os dilemas que ainda persistem no debate sobre a prática profissional no Serviço Social<sup>1</sup> e que vem se reatualizando no novo cenário brasileiro.

O trabalho desenvolvido pelos profissionais nas esferas de formulação, gestão e execução da política social é, indiscutivelmente, peça importante para o processo de institucionalização das políticas públicas, tanto para a afirmação da lógica da garantia dos direitos sociais, como para a consolidação do projeto ético-político da profissão. MIOTO & NOGUEIRA, 2013, p.65)

As limitações encontradas pelo Serviço Social dentro do IFB foram percebidas então como reflexo dos limites postos para a implementação efetiva das políticas públicas. Porém, cabe destacar que, os assistentes sociais tem autonomia dentro da instituição. Sendo esta autonomia muitas vezes “relativa” e reduzida em decorrência das formas de operacionalização das ações que o Coordenador da CDAE exerce e delega. E sendo uma autonomia expressada de diversas formas: desde da competência na divulgação e todo processo do edital para o acesso dos alunos ao programa da Bolsa de Assistência Estudantil, até a disposição dos recursos materiais para as ações profissionais.

## **Instrumentais utilizados pela Assistente Social no Campus**

Segundo Trindade (2001, p. 66), falar do instrumental técnico-operativo é considerar

(...)a articulação entre instrumentos e técnicas, pois expressam a conexão entre um elemento ontológico do processo de trabalho (os instrumentos de trabalho) e o seu desdobramento – qualitativamente diferenciado – ocorrido ao longo do desenvolvimento das forças produtivas (as técnicas. (Trindade 2001, p. 66)

Como os instrumentos de trabalho são considerados meios de se alcançar uma finalidade, ao escolher um determinado instrumento de ação foi possível enxergar que assistente social do Campus obtinha clareza da finalidade que pretendia alcançar, se estava coerente com as finalidades da profissão e se o instrumento escolhido permitiria a efetividade de tais finalidades – sabendo que essa efetividade é aproximativa. Por isso,

(...) o profissional deve estar em sintonia com o movimento da realidade, considerando as particularidades dos diferentes espaços em que intervém e, também, estar orientado pelos fundamentos e princípios éticos que norteiam a profissão. (SANTOS, 2013)

Desta forma, ao aplicar as proposições acima, se aproximando da realidade da Educação do Ensino Médio e Superior no *Campus* São Sebastião, os instrumentais, a partir de estratégias político-pedagógicas e técnicas alternativas, devem estar compatíveis ao papel da assistente social na educação, principalmente no que se refere a um bairro periférico.

Considerando, então, que

(...) o Serviço Social é parte do processo de reprodução social e que se a sua prática se desenvolve no interior da divisão social e técnica do trabalho - como uma especialização do trabalho coletivo - sua instrumentalidade sofre as determinações da dinâmica social, da qual emanam as demandas para as instituições nas quais os assistentes sociais atuam.

Os instrumentais e ações utilizados, observadas por meio da vivência de estágio no Campus foram: observação; visita domiciliar; acompanhamento social; entrevistas; relatórios; estudos socioeconômicos e abordagem informal dos alunos. Nos parágrafos está o relato as especificidades de cada ação.

A observação e abordagem informal com os alunos é vista como uma necessidade para maior compreensão da sociabilidade da instituição e da forma como são colocados os estudantes, considerando que parte destes são adolescentes, com idade inferior aos 18 anos e estão inseridos no Ensino Médio.

A observação consiste na ação de perceber, tomar conhecimento de um fato ou conhecimento que ajude a explicar a compreensão da realidade objeto do trabalho e, como tal, encontrar os caminhos necessários aos objetivos a serem alcançados. É um processo mental e, ao mesmo tempo, técnico. SOUZA (2000).

Portanto, tendo em vista o contato e em trabalho conjunto com os pedagogos, professores, técnicos e com os demais profissionais da CDAE sobre o estudante, a observação aliada a dados concretos tornava-se sempre de tamanha importância para aplicação dos outros instrumentais.

As visitas domiciliares Segundo AMARO (2003),

(..) é uma prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, junto aos indivíduos em seu próprio meio social ou familiar”, a autora também nos revela que a entrevista possui pelo menos três técnicas embutidas como: a observação, a entrevista e a história ou relato oral.

Dava-se então no Campus de forma planejadas e envolvem um contato com os estudantes para além do convívio dentro da instituição de ensino e torna possível adentrar dentro da vida do discente para um entendimento totalizante das relações. Dava-se em casos a partir da percepção da sua necessidade por parte da assistente social, após ser já feito atendimento com o aluno dentro da instituição.

As entrevistas e atendimentos eram exercidas para levantamento de dados e registro de informações. Esta técnica visa compor a história de vida, definir procedimentos metodológicos, e colaborar no diagnóstico social do estudante dentro do Campus. A entrevista é um instrumento de trabalho do assistente social, e por meio dela é possível produzir confrontos de conhecimentos e objetivos a serem alcançados. É na entrevista que uma ou mais pessoas podem estabelecer uma relação profissional, quanto quem entrevista e o que é entrevistado saem transformados através do intercâmbio de informações (LEWGOY, 2007).

O acompanhamento social costumavam ser de consequência de uma entrevista e atendimento em que se verifica a necessidade de um contato contínuo com o usuário, e por período de tempo que pode ser pré-determinado ou indeterminado. Este instrumental aproxima o profissional do usuário, gerando um vínculo com o estudante e, caso haja necessidade, haja a facilidade de se fazer outros encaminhamentos diversificados.

Os relatórios sociais eram utilizados como documentos de registro com informações de entrevistas, atendimentos, acompanhamentos sociais, visitas domiciliares, pesquisas, investigações e fatos. São compostos por uma descrição do que foi dito e observado nesses momentos e por uma parecer social que traz uma análise teórica, crítica e totalizante daquele evento particular. Os relatórios eram sigilosos e bastante utilizados na prática profissional da

assistente social do Campus, servindo como registro importante capaz de subsidiar decisões futuras

Os encaminhamentos se davam como meio de articulação da necessidade dos estudantes com a oferta de serviços oferecidos pelas demais políticas públicas para que as necessidades destes sejam supridas nas diversas áreas. Sempre se dava a partir forma formal, procedido de contato com serviço de destino para contribuir com a efetivação do encaminhamento e sucedido de contato para o retorno da informação. Durante a experiência de estágio foram feitas articulações da assistente social por exemplo, com o CAPs e CRASS da cidade.

O estudo socioeconômico de acordo com MIOTO (2009, p. 481) é um processo de conhecimento, análise de uma situação social como objetivo inicial a emissão de um parecer sobre determinada situação. Dentro do Campus, este instrumental estava ligado a política de Assistência Estudantil, no qual compreende a ação da assistente social em fazer uma análise de dados das inscrições e da documentação entregue pelos estudantes, que só possuem o acesso a determinado auxílio se estiverem cumprindo o critérios exigidos do edital da política. Após a divulgação do resultado, a assistente social se colocava a disposição dos estudantes para esclarecimento de dúvidas.

“Hoje fomos até a sede do Campus Brasília, aonde as assistentes sociais estavam reunidas para fazer o estudo sócio econômico a partir da análise de dados da documentação entregue pelos estudantes de acordo com o Edital. Um trabalho bem burocrático, ao meu ver. Percebo o quanto se torna até difícil para algumas assistentes sociais indeferir a concessão do acesso ao programa de alguns estudantes que deixaram de entregar algum documento requisitado no Edital, mas que sabem que necessitam do auxílio. Para mim, a falta de informação e pouca compreensão de como se interpretar um Edital é o que gera tantos indeferimentos dos estudantes.” (Relato do Diário de Campo de Estágio – 20 de setembro de 2016)

Em relação a participação no processo do edital de Assistência Estudantil vale ponderar que este visa operacionalizar o processo de concessão dos auxílios estudantil, previstos em lei mas insuficientes para atender em caráter universal. Como mencionado, tal ação é realizada semestralmente via edital público executado pelo profissional de Serviço Social. Assim, este é um dos primeiros entraves que foram possível tomar ciência que se depara o assistente social na ótica de garantia de direitos educacionais.

Tratando-se das visitas domiciliares, segundo AMARO (2003), “é uma prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, junto aos indivíduos em seu próprio meio social ou familiar”, a autora também nos revela que a entrevista possui pelo menos três técnicas embutidas como: a observação, a entrevista e a história ou relato oral. Dentro do Campus, foi possível perceber a finalidade da visita domiciliar

sendo específica e guiada por um planejamento ou roteiro preliminar. Feitas para que houvesse um acompanhamento relacionados às condições de moradia, saúde, a fim de elaborar o relatório de visita domiciliar e emissão de parecer social para posteriormente serem tomara ações, como por exemplo a garantia da permanência do aluno na instituição.

Neste exercício profissional de trabalho é possível apreender o caráter contraditório presente na execução de políticas públicas em um contexto capitalista periférico, sendo claro vislumbrar a grande demanda reprimida, o perfil restritivo para acesso, para além da precária situação de trabalho dos assistentes sociais.

Além dos instrumentais mencionados acima, durante a experiência de estágio foi possível realizar a participação conjuntamente da supervisora de campo no Conselho de Classe escolar da turma de Ensino Médio do Campus. O Conselho é o momento em que professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Os estudantes representantes de cada turma em determinado momento também fazem parte do Conselho e em alguns casos quando é mencionada a CDAE a assistente social intervêm.

Sobre os instrumentais, o Serviço Social atualmente está inserido dentro de uma perspectiva dialética no Campus, em que se acredita na dinâmica social, onde os estudantes compõem uma classe diversificada de usuários. É nesta perspectiva que o Serviço Social está procurando procura se adequar, sendo também dinâmico e criativo para atender as demandas que crescem na medida em que cresce as desigualdades sociais no âmbito da política de Educação.

O acompanhamento de estudantes no estágio no Campus deu-se em casos específicos com alunos do Ensino Médio com idade inferior a 18 anos. A primeira situação relatada refere-se a uma estudante (de 16 anos) vítima de violência por parte de seu ex companheiro, também estudante da instituição (17 anos).

O caso foi acompanhado desde agosto de 2015, entretanto em agosto de 2016, com término do seu namoro identificou-se que tal relacionamento era abusivo e foi necessário empreender esforços para ofertar condições para que a adolescente procedesse com denúncia e tivesse atendimento adequado da rede de saúde pública. Posteriormente, os atendimentos tiveram ênfase no acompanhamento da denúncia formal, na denúncia no espaço escolar e em trabalhar com a adolescente a importância de compreender o contexto educacional e o papel da equipe multiprofissional.

O outro caso, um estudante (19 anos) apresenta histórico de reprovação e pouco vínculo com a escola. É oriundo de família em situação de pobreza, marcada por membros em sofrimento psíquico. Foi realizado acompanhamento com estudante, família e empregador da genitora com vistas na redução do risco de evasão e na busca pela ressignificação da escola. Em ambos os casos foi realizado a sistematização por meio de relatórios e diálogos.

Tornou-se viável também por meio do estágio a participação das reuniões de revisão da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Brasília, com a presença de profissionais de todos os Campus do IFB, sendo estes de formações diversas: assistentes sociais, psicólogos, assistentes de aluno, pedagogos, estagiários e coordenadores de Assistência Estudantil e Inclusão Social.

Embora o objetivo das reuniões tenha sido a revisão da política, foi possível captar a forma como a política está organizada, as questões de caráter técnico e político que envolvem a mesma, além de permitir a correlação com referencial teórico abordado em disciplinas acadêmicas nas universidades tais quais Planejamento, Administração e Gestão Social e Processos de Trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pelo conhecimento é uma tarefa árdua e desafiante que envolve múltiplas determinações colocadas pela dinâmica da realidade. Significa o olhar sobre o simples, sobre o que está posto, mas com a intenção de desvendar esse simples que oculta elementos concretos que só se revelam em um processo de observação e investigação. (Silva, 2017)

Assim sendo, chegar a conclusão desta pesquisa não foi algo fácil, mas possibilitou primeiramente, conhecer vários aspectos que podem ser abordados sobre o mesmo tema. E após todo contexto histórico da trajetória da Educação no Brasil apresentado a educação traz a certeza que educação é um fator essencial para a reprodução do ser social, até mesmo para a pessoa ser inserida na sociedade.

Em relação a criação, ampliação e fortalecimento do Ensino profissionalizante no Brasil é perceptível a responsabilidade que o Estado possui em de assegurar as condições necessárias para a realização da educação como direito social, sendo que todos os avanços na educação por meio do Estado foram resultantes de lutas políticas da classe trabalhadora, mesmo sendo a lógica de educação dos cursos tecnológicos ainda muito voltadas para cumprir as necessidades do capital ainda muito presente na contemporaneidade.

Para isso, então faz-se totalmente necessária a implementação e da Política de Assistência Estudantil e Inclusão Social, bem como seus programas, diretrizes e ações, constituindo assim algumas condições para efetivação direito à permanência no ensino dos discentes dos Institutos Federais.

Evidencia-se também que o campo educacional no Serviço Social possui pouca visibilidade quanto a objeto de pesquisa e sendo assim torna-se importante uma análise sobre sua atuação, trajetória histórica e mecanismos de intervenção no atual cenário político e ideológico, compreendendo que a Educação é uma Política Social e que possui o compromisso de garantia de acesso a direitos sociais.

Foi possível evidenciar também que o fazer do assistente social dentro dos Institutos Federais torna-se distinto dos demais campos de atuação educacionais, pelo enfrentamento de diferentes e particulares demandas das questões sociais que possui os IFBs. E em relação à questão que abrange os desafios impostos pelo sistema escolar no exercício profissional refere-se à auto fragilização diante de práticas isoladas, que não se dispõem em confronto com outras experiências, que não garantem a socialização de ideias, observações e considerações sobre o cotidiano profissional, no sentido de expor-se ao debate para alcançar

o fortalecimento e a construção de referências de atuação, em atenção às especificidades da área de atuação dentro dos IFBs.

A realização do Estágio em uma instituição escolar situada em uma cidade periférica no “entorno” de Brasília como São Sebastião possibilitou esclarecimentos e conhecimentos de forma revolucionária em relação a inserção do Serviço Social dentro do campo da Educação.

A experiência vivenciada nos dois semestres de Estágio em Serviço Social foi de alguma forma meio de melhor compreender as atividades desenvolvidas, o que possibilitou maior clareza e entendimento da prática e do exercício profissional pautados nas dimensões técnico operativas, teórico metodológicas e ético políticas da profissão.

E por meio da vivência de estágio e conhecimentos adquiridos com a pesquisa é perceptível que hierarquia institucional tem prejudicado o trabalho da assistente social, pois a direção do Campus nem sempre é articulada ou possui objetivos parecidos. E no que se refere ao montante de recursos financeiros aplicados pela política de assistência estudantil é baixo e bem limitado, o que torna o trabalho da assistente social restrito.

Enquanto proposta para o enfrentamento dos desafios e limites que se impõem à interdisciplinaridade do Serviço Social e da Educação como áreas do saber e de atuação importantes para o desenvolvimento humano e social no sistema educacional brasileiro, apresenta-se como sugestões: realização de eventos para discussão da inserção do Serviço Social na Política Educacional, envolvendo em seu público a categoria do Serviço Social e a educacional como um todo; levar a discussão a respeito da interdisciplinaridade das áreas aos ambientes escolares por meio de palestras, fóruns, debates, entre outros; publicizar as experiências profissionais dos Assistentes Sociais nos ambientes educacionais por meio de artigos, textos, dentre outros, de modo que garanta o acesso a toda sociedade, mas em particular à comunidade escolar; organizar grupos de estudos sobre a temática que garantam a participação das duas áreas; criar espaços de socialização e troca de experiências, independente se a atuação do Serviço Social se dá no setor público ou no privado; dentre outros. (LANÇA. 2012)

Portanto, confere a evidenciação de que a atuação profissional do(a) Assistente Social no cenário contemporâneo da educação exerce um papel fundamental na garantia do direito à Educação sob aspectos qualitativos e quantitativos. Com vistas em prol de um sistema educacional aberto a todos e não apenas a quem pode pagar, contrariando a lógica mercadológica de que os cursos profissionalizantes dos IFBs somente servem para atender a uma demanda do capital.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. A educação como direito social e a inserção dos Assistentes Sociais em estabelecimentos educacionais. Cartilha: O Serviço Social e a Política Pública de Educação. Minas Gerais, p.4-6, 2005.

ARGUS, Alfredo, PIANA, Maria Cristina e LIMA, Maria José de Oliveira (orgs). **Serviço Social: trabalho e cotidiano**. São José do Rio Preto, SP: Raízes, 2011

AMARO, Sarita. **Visita Domiciliar: Guia para uma abordagem complexa**. Porto Alegre: AGE, 2003.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação e Sociedade**, Revista de Ciência da Educação. Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005. Número Especial.

BARROSO, J. **A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e actores**. Lisboa: Educa & Ui&dCE, 2006. (Coleção Ciências da Educação).

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. Supervisão em serviço social: o supervisor, sua relação e seus papéis. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. O estágio supervisionado. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas da educação: um convite ao tema. In: SEMERARO, Giovanni; FAVERO, Osmar. (Org.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FELICÍSSIMO, JR. **Descentralização e Regionalização Político – Administrativa**. Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação Seade. 1991, vol. 5, núm. 4, out. /dez, p.60-72

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LANÇA, G. C. M. Angelita. Serviço Social e Educação: Interfaces de uma atuação política. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca, 2012.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista, SILVEIRA, Esalva Carvalho. A entrevista no processo de trabalho do Assistente Social. Revista Virtual Textos & Contextos. N.º 8. Ano VI. Dezembro, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia, KOUMROUYAN, Elza. **Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social**. Revista Serviço Social & Sociedade. N.º 54. São Paulo: Cortez, 1994.

MIOTO, T. C. Regina; NOGUEIRA, R. M. Vera. **Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional**. Pesquisa Teórica. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 61-71, 2013.

RODRIGUES, M. Rosilene. **SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: Uma aproximação a partir do Estado da Arte**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. FRANCA, 2015

RIBEIRO, Maria Rosa Dória Ribeiro. **Uma Perspectiva Histórica da Descentralização da Educação**. São Paulo, Unicamp, 2002.

ROSA, Rosenete Gonçalves. **Análise das ações sócio educativas do Centro de Atenção Integral à Criança – CAIC de Franca**. 1999.154 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 1999.

SAVIANI, Dermeval. A resistência ativa contra a nova lei de diretrizes e bases da educação nacional. Revista Princípios, São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1997, p. 66-72.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O ensino superior público e particular e o território brasileiro. Brasília: ABMES, 2000.

SANTOS, Milton. **“O Chão Contra o Cifão”**. In Folha de São Paulo 28/02/1999.

SANTOS, M. T.; MANFROI, V. M. **Condições de Trabalho das/dos Assistentes Sociais**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. EM PAUTA, Rio de Janeiro \_ 2o Semestre de 2015- n. 36, v. 13, p. 178 – 196.

SILVA, B. A. Márcia. **A Atuação de uma equipe multiprofissional no apoio à educação inclusiva**. Centro de Educação e Ciências Humanas. Departamento de Psicologia. São Carlos, São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Antonio Jr. **A universidade como polo de desenvolvimento local/regional**. Caderno de Geografia, v.24, número especial 1, 2001

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Reportagem: Renda per capita mensal em São Sebastião aumentou em três anos. 2016

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL GT DE EDUCAÇÃO. Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil – CF/1988: Texto Constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas n. 1/92, n. 1 a 6/94 e 66/2010 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010a.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil – CF/1934: Texto Original Constitucional promulgado e publicado no Diário da União – Seção 1 - em 16 de Julho de 1934.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 10. jan. 2001. Seção 1, p. 1.